

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

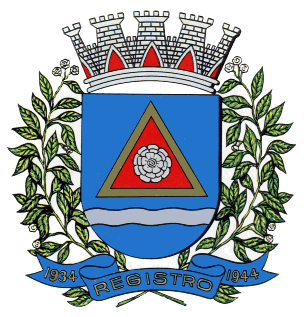


**19**

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**2º QUADRIMESTRE**



|  |
| --- |
| RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO |

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Registro

A Controladoria Municipal da Prefeitura de Registro, no cumprimento de suas atribuições, atendendo ao disposto na Legislação vigente, artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 32, 35,93 e 150 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como assim o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 38, parágrafo único, da Lei 709/93, Comunicado SDG 32/2012 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e artigo 129 e 135 da Lei Orgânica do Município de Registro, vem submeter a Vossa Excelência o **Relatório Quadrimestral de Controle Interno** do exercício de **2019**, com ênfase nos principais resultados.

O relatório foi estruturado conforme relação abaixo:

**Capítulo Assunto Página**

Capítulo I – Introdução .............................................................................................................5

Capítulo II – Fontes documentais.............................................................................................6

Capítulo III – Quadro síntese....................................................... .............................................7

Capítulo IV – Alertas – Pontos de atenção...............................................................................9

Capítulo V – Índice das análises ..............................................................................................10

Capítulo VI – Execução do Orçamento Municipal .................................................................12

Capítulo VII – Certames licitatórios .......................................................................................44

Capítulo VIII – Terceiro Setor..................................................................................................44

Capítulo IX – Transparência das contas públicas ..................................................................46

Capítulo X – Dívida Ativa.........................................................................................................48

Capítulo XI – Relatórios dos alertas do TCESP.......................................................................50

Capítulo XII – Denúncias e Encaminhamentos ......................................................................56

Capítulo XIII – Outros Exames ...............................................................................................57

Capítulo XIV – Precatórios......................................................................................................63

Capítulo XV – Frota Municipal................................................................................................64

Capítulo XVI – Apontamentos do TCESP...............................................................................68

Capítulo XVI – Providências com relação a apontamentos anteriores................................87

Capítulo XVII – Expediente da Controladoria .......................................................................89

Capítulo XVIII – Conclusão......................................................................................................89

Capítulo XVIII – Encerramento ..............................................................................................96

|  |
| --- |
| I – Introdução |

O objetivo desse relatório é manter o Exmo Senhor Prefeito e os gestores municipais informados sobre a situação financeira atual, a execução orçamentária do 2º quadrimestre e demais atos de gestão. Dessa forma, o presente instrumento demonstra aspectos relacionados ao controle financeiro, orçamentário e patrimonial da Prefeitura Municipal de Registro, bem como, informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao período em análise, de forma objetiva e clara, sendo de fácil compreensão para os seus usuários.

Obedecendo aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e perseguindo a premissa da Transparência da Gestão Pública, na realização desse trabalho buscou-se a simplificação dos seus textos e tabelas, tentando possibilitar um entendimento mais facilitado dos dados, evitando a utilização de tabelas complexas e termos técnicos que possam dificultar o entendimento das informações. Nesse contexto, extrai-se uma das principais funções do Controle Interno que é suprir a Administração de informações claras acerca de sua gestão.

O relatório consistirá no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros aspectos necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis.

Os relatórios de Controle Interno devem ser usados pela administração como instrumento auxiliar a fim de conduzir a gestão para o atendimento dos interesses coletivos e o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos, pois a partir dos RCI pode-se corrigir os eventuais erros apontados, adaptar os projetos, planos e programas que tenham se desviado do objeto ou estejam apresentando resultados ineficientes, etc., sem falar na função de prevenção de erros e problemas.

O conteúdo do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão como objetivos:

* Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
* Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
* Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
* Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

A partir da seleção dos trabalhos com base em fatores de riscos, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes informações e fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal em especial ao I-Planejamento;

2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (repasses);

3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;

4. Resultado do acompanhamento simultâneo dos sistemas informatizados, bem como acesso aos dados, informações disponíveis;

5. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;

6. Leitura analítica dos dois últimos relatórios de controle interno, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

7. Fiscalização in-loco, em especial na área da merenda escolar; e

8. Relatórios da fiscalização do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

|  |
| --- |
| II – FONTES DOCUMENTAIS |

O presente relatório foi elaborado com base nas análises dos dados obtidos através das seguintes fontes: I. Relatórios informatizados oficiais da Prefeitura; II. Relatórios e alertas do AUDESP; III. Processos administrativos, de licitação, de empenhos, prestações de contas de adiantamentos, etc.; IV. Informações fornecidas pelas Secretarias, mediante solicitação da CGM por meio de requisições; V. Aferições in loco obtidas em vistorias e diligências desta Controladoria; VI. Relatórios diversos de gestão governamental, publicados por órgãos de controle externo.

|  |
| --- |
| III – QUADRO SÍNTESE |

No quadro abaixo segue uma síntese dos principais resultados alcançados no período e análise e detalhados no transcorrer do presente relatório.

**Quadro síntese com principais resultados**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Item** | **Discriminar** |
| 1 | Previsão das Receitas (Executivo) | R$ 127.835.803,59 |
| 2 | Realização das Receitas | R$ 112.554.768,70 |
| 3 | Análise da arrecadação (Excesso) | R$ - 15.281.034,89 |
| 4 | Percentual do Déficit de arrecadação | 13,58 % |
| 5 | Valor dos créditos adicionais totais (anulação/excesso de arrecadação / superávit financeiro / remanejamento / transposição e transferências) | R$ 39.706.630,98 |
| 6 | Percentual de alteração orçamentária em relação a inicial | 21,79 % |
| 7 | Total das despesas empenhadas (somente Prefeitura) | R$ 127.919.781,11 |
| 8 | Total das receitas arrecadadas (somente Prefeitura) | R$ 112.554.768,70 |
| 9 | Resultado orçamentário (Déficit) - não considerando a Câmara | R$ -15.365.012,41 |
| 10 | Repasse a Câmara Municipal | R$ 3.761.114,43 |
| 11 | Devolução ref. a duodécimos da Câmara Municipal | R$ 0,00 |
| 12 | Total das despesas empenhadas (incluindo o repasse a Câmara) | R$ 131.681.114,43 |
| 13 | Percentual do déficit orçamentário (incluindo a Câmara) | 16,99 % |
| 14 | Restos a pagar pagos até 31/08/2019 | R$ 11.224.896,86 |
| 15 | Saldo de Restos a pagar em 31/08/2019 | R$ 748.399,16 |
| 16 | Saldo da Dívida Ativa em 31/08/2019 | R$ 28.162.410,79\* |
| 17 | Valor da Receita Corrente Líquida | R$ 160.407.299,54 |
| 18 | Valor total da despesa com pessoal | R$ 73.842.679,80 |
| 19 | Em face da RCL, qual o percentual da despesa laboral de todo o Poder Executivo? | 46,03 % |
| 20 | Valor de aplicação com recursos próprios em saúde (liquidada) | R$ 21.673.961,02 |
| 21 | Percentual de aplicação com recursos próprios em saúde | 27,85 % |
| 22 | Valor de aplicação com recursos no ensino (liquidada) | R$ 18.589.588,12 |
| 23 | Percentual de aplicação com recursos próprios no ensino | 23,50 % |
| 24 | Valor de aplicação do Fundeb (liquidada) | R$ 18.580.085,03 |
| 25 | Percentual de aplicação do Fundeb | 92,68 % |
| 26 | Percentual gasto com o magistério - mínimo 60% | 74,18 % |
| 27 | Percentual da despesa paga com recursos do Fundeb | 90,72% |
| 27 | Depósito TJSP - Regime anual | R$ 0,00 |
| 28 | Saldo da Dívida de Longo Prazo | R$ 20.568.816,37 |
| 29 | Valor dos certames licitatórios | R$ 21.774.191,84 |
| 30 | Desde o início do ano, a Prefeitura recolhe os encargos sociais (INSS. PASEP, FGTS, RPPS)? | Sim |
| 31 | Está a Prefeitura adimplindo os parcelamentos de encargos sociais? | Sim |
| 32 | Com mais de 10 mil habitantes, a Prefeitura divulga, em sua página eletrônica, os repasses a entidades do 3° setor, bem como informações alusivas a procedimentos licitatórios e ações governamentais, tudo nos moldes do art. 8°, § 1° da Lei Federal n° 12.527/2011? | Sim\*\* |
| 33 | Com mais de 50 mil habitantes, a Prefeitura em sua página eletrônica, mostra em tempo real, receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, em conformidade com o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal? | Sim |
| 34 | A Prefeitura publica em sua página eletrônica, as leis relativas as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), bem como seus anexos? | Sim |

\*Valor não considerando as multas e juros.

\*\*Não é publicado o inteiro teor dos contratos e dos aditivos.

|  |
| --- |
| IV – ALERTAS – PONTOS DE ATENÇÃO |

1. **DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO** no montante de R$ ‑19.126.345,73, diante disso constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais – pág. 13;
2. **DÉFICIT FINANCEIRO** no montante de R$ -15.281.034,89, diante disso constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais – pág. 14;
3. Em relação aos gastos no ensino com recurso próprio, com base na despesa liquidada apurada, sendo 23,52%, o Município apresenta percentual de **aplicação desfavorável** ao atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal – pág. 29;
4. Dos 95% obrigatórios na aplicação com a despesa efetivamente paga com os recursos que foram recebidos do Fundeb no exercício, o Município aplicou 90,72%. Nota-se, portanto que o total da despesa paga no período em análise, **NÃO atende** ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07 – pág. 29;
5. Divergência no saldo bancário da conta do Fundeb no valor de -9.505,96 – pág. 29;
6. Enquadramento dos Agentes Comunitários de Saúde – pág. 43;
7. Elevados gastos com a frota municipal – pág. 65;
8. Recomendações para área de Alimentação Escolar – pág. 60;
9. Recomendações para o setor de planejamento – pág. 62;
10. Recomendações para o RPPS – pág. 63;
11. Apontamentos do Egrégio TCESP nas contas do exercício de 2017 e 2018 – pág. 68;
12. Falta de AVCB nas Unidades Básicas de Saúde – pág. 90;
13. Falta de AVCB nas Unidades Escolares – pág. 90;

|  |
| --- |
| V – ÍNDICE DAS ANÁLISES |

Segue abaixo o índice de todas as análises realizadas por esta CGM no quadrimestre abordado por este relatório:

***A – Execução orçamentária, financeira e patrimonial*** *...........................................................12*

*A.1 – Resultados orçamentários ..........................................................................................12*

*A.1.1 – Gestão Contábil – Execução Orçamentária.............................................................12*

*A.1.1.1 – Análise da Execução Orçamentária......................................................................13*

*A.1.2 - Gestão Contábil – Execução Financeira...................................................................17*

*A.2 – Divida de curto prazo ..................................................................................................18*

*A.2.1 – Receitas..................................................................................................................19*

*A.2.1.1 – Demonstrativo da Receita Arrecadada X Prevista...............................................19*

*A.2.2 – Despesas................................................................................................................20*

*A.3 – Realização da despesa empenhada, liquidada e paga .................................................21*

*A.4 – Empenhos.....................................................................................................................21*

*A.4.1 - Aspecto geral..............................................................................................................21*

*A.4.2 – Valores empenhados no período...............................................................................22*

***B – Alterações orçamentárias*** *.................................................................................................23*

***C – Aplicação com Recursos Próprios em Saúde****.................................................................... 24*

***D – Aplicação no Ensino*** *.......................................................................................................... 25*

*D.1 – Educação ......................................................................................................................25*

*D.2 – Fundeb .........................................................................................................................26*

*D.2.1 - Análise financeira dos recursos do Fundeb.................................................................28*

*D.2.2 – Análise orçamentária dos recursos do Fundeb..........................................................28*

*D.3 – SIOPE.............................................................................................................................29*

*D.4 – Aporte Financeiro para Cobertura de Déficit Atuarial...................................................29*

***E – Restos a pagar*** *....................................................................................................................31*

***F - Adiantamentos****................................................................................................................... 32*

*F.1 – Aspecto geral................................................................................................................32*

*F.2 – Análise das Prestações de contas ...............................................................................33*

***G – Controle de suprimentos e transferências*** *.......................................................................34*

*G.1 – Aspecto geral ..............................................................................................................34*

*G.2 – Repasse dos Recursos .................................................................................................34*

***H – Gasto com Pessoal*** *............................................................................................................35*

*H.1 – Índice de Gasto com Pessoal ........................................................................................35*

***I – Dívida Fundada Interna*** *.....................................................................................................37*

***J – Dívida Consolidada****............................................................................................................38*

***K – Encargos Sociais - Obrigações principais para com o INSS****..............................................39*

*K.1.1 – Valores informados na SEFIP/GFIP..............................................................................40*

*K.1.2 – Base de cálculo da contribuição previdenciária.........................................................40*

*K.1.3 – Arquivo dos comprovantes de pagamento................................................................41*

*K.1.4 – Recolhimento de juros e multas..................................................................................41*

*K.1.5 – Parcelamentos.............................................................................................................41*

***L – Informações à Previdência Social****......................................................................................41*

***M – Agentes Comunitários de Saúde****.......................................................................................42*

|  |
| --- |
| VI – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL |

|  |
| --- |
| A – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL |

Em face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Esta CGM faz os devidos apontamentos sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura de Registro no período abordado por este relatório.

**A.1 – Resultados orçamentários**

**A.1.1 – Gestão contábil - Execução Orçamentária**

Conforme demonstrado no quadro abaixo, constatamos na data em exame, de acordo com o apurado, existência de **DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO** no montante de R$ ‑19.126.345,73 (dezenove milhões, cento e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e cinco Reais e setenta e três centavos).

O DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO é caraterizado pela despesa empenhada em confronto com a receita realizada até o momento da análise.

O elevado déficit orçamentário se deve também em parte, porque as despesas globais e estimativas foram feitas até o fim do exercício, muito deles proveniente de recursos de convênios para obras e infraestrutura que são empenhados em sua totalidade (até 31/12) e as receitas vão ingressando no caixa da Prefeitura conforme o cronograma físico-financeiro. Despesas com estimativas de contas de consumo (água/luz/telefonia) que vão sendo liquidadas ao transcorrer do ano e que se não efetivarem podem ser anuladas.

Contudo, a de se ter extremo controle nas contas municipais até o encerramento do exercício para que o **déficit orçamentário não supere o superávit financeiro de 2018**.

****

**A.1.1.1 – Análise da Execução Orçamentária**

A Lei Municipal nº 1805, de 10/12/2018, que aprovou o orçamento, estimou a Receita e fixou a Despesa do Município de REGISTRO em R$ 127.835.803,59.

A tabela I confronta a evolução de duas variáveis da execução orçamentária: receita prevista e receita arrecadada (por blocos corrente e capital, e fonte de recurso).





Da análise do comportamento das receitas por fonte de recurso, constatamos uma **situação desfavorável** em relação à (s) fonte (s) de recurso (s) 1, 2, 5, 7, 8, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo aos responsáveis o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, a Municipalidade encontra‑se ao alcance dos alertas do TCESP, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00.

Nesse caso, necessário a observância do disposto no art.9º da mencionada Lei que determina contingenciamento da despesa quando a realização da receita comprometer as metas fiscais avençadas em Anexo da LDO, ou seja, arrecadação abaixo do esperado legitima a restrição em comento na mesma proporção da queda dos ingressos de caixa.

Em relação às demais fontes de recursos 3, 6, 92 constatamos tendência positiva de excesso de entradas uma vez que a arrecadação está além das metas de previsão. Apenas segue recomendação no sentido da cautela que há de ser tomada com os créditos adicionais aberto por tendência de excesso de arrecadação (art. 43, § 3º, da Lei nº. 4.320). Caso reste frustrada a tendência positiva, o contingenciamento dar‑se á em cumprimento ao dispositivo no art. 9º da LRF.

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.





A tabela II demonstra a gestão orçamentária, confrontando a despesa empenhada e liquidada em relação à receita efetivamente arrecadada.

Da presente análise é possível verificar se houve, por exemplo, economia orçamentária, superávit ou déficit orçamentário e o nível de realização da despesa por fonte de recurso.

Economia orçamentária é a diferença positiva entre a despesa autorizada e a despesa compromissada (empenhada), daí denota‑se que houve economia nas dotações financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadas em comparação às despesas empenhadas e liquidadas constatamos um resultado Orçamentário **SUPERAVITÁRIO** atinente às despesas financiadas pela (s) fonte (s) de recurso (s) 6.

De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas em comparação às despesas empenhadas constatamos um Resultado Orçamentário **DEFICITÁRIO**. Em relação às despesas liquidadas, na mesma comparação sobre a arrecadação total, o resultado é **SUPERAVITÁRIO**.

**A.1.2 – Gestão contábil - Execução Financeira**

A Tabela I demonstra a situação financeira da Entidade e especifica a suficiência ou insuficiência dos recursos por fonte de recurso em face dos compromissos a pagar.

|  |
| --- |
|  |



Da análise no período verifica‑se que a Entidade possui situação financeira favorável nas fontes de recursos 1 (TESOURO), 2 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS‑VINCULADOS), 3 (RECURSOS PRÓPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA‑VINCULADOS), 5 (TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS

FEDERAIS ‑ VINCULADOS), 6 (OUTRAS FONTES DE RECURSOS), 7 (OPERAÇÕES DE CRÉDITO), 8 (EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS). Conclui‑se nesse (s) caso (s) que as disponibilidades são suficientes para fazer frente às despesas realizadas.

A Tabela II expressa a disponibilidade total da Entidade e as obrigações de curto prazo reconhecidas, processadas e não processadas, a pagar.

Compara‑se também a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS.



Da análise conclui‑se que o resultado financeiro é SUPERAVITÁRIO, demonstrando que a Entidade possui suficiente disponibilidade financeira para arcar com as despesas liquidadas e pendentes de pagamento.

Em outra análise, ao comparar a disponibilidade financeira frente às despesas a pagar LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS, constata‑se um Resultado Financeiro **SUPERAVITÁRIO.**

**A.2 – Divida de Curto Prazo**

Abaixo segue quadro onde se demonstra o índice de liquidez imediata do período em análise.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Índice de liquidez | Disponível | 20.954.321,89 | 5,291137 |
| Passivo circulante | 3.960.268,15 |

**Fonte:** Boletim de caixa e Balanço Patrimonial

Considerando o índice apurado, verifica-se que a Prefeitura possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, registrados no Passivo Circulante. Ou seja, para cada R$ 1,00 em dividas a Prefeitura tem R$ 5,291137 em recurso financeiro para adimplemento.

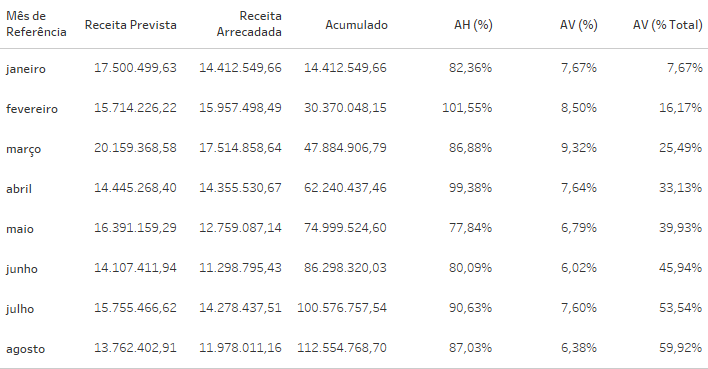
**A.2.1 – Receitas**

As receitas somadas do exercício, até o período em análise, somando-se as orçamentárias e as extras orçamentárias, foram de R$ 121.490.492,82 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e noventa e dois Reais e oitenta e dois centavos), conforme o quadro abaixo:

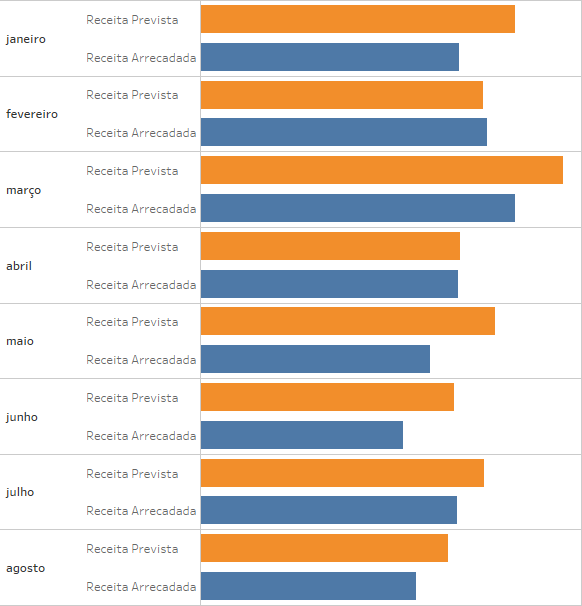
|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| RECEITAS – JANEIRO A ABRIL | | |
| ORÇAMENTÁRIA | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | **TOTAL** |
| 112.554.768,70 | 10.245.110,75 | 122.799.879,45 |

Fonte: Balancete da receita

**A.2.1.1 – Demonstrativo da Receita Arrecadada X Prevista**



No período do relatório houve previsão de arrecadação no montante de R$ 127.835.803,59, enquanto arrecadação foi no valor de R$ 112.554.768,70, ficando aquém das expectativas em 15.281.034,89. Até o presente momento já foi realizado 69,37% do orçamento inicial.



**A.2.2 - Despesas**

As despesas somadas do exercício, até o período em análise, somando-se as orçamentárias e as extras orçamentárias, foram de R$ 149.788.905,09 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinco Reais e nove centavos), conforme o quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESPESAS – JANEIRO A ABRIL | | |
| ORÇAMENTÁRIA | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIA** | **TOTAL** |
| 127.919.781,11 | 25.173.237,92 | 153.093.019,03 |

Fonte: Balancete da despesa

**A.3 - Realização da despesa empenhada, liquidada e paga**

Abaixo segue demonstrativo indicando a composição da despesa em suas três fases, quais sejam, empenhamento, liquidação e pagamento.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Despesa empenhada | Despesa liquidada | Despesa paga |
| 127.919.781,11 | 99.286.994,57 | 96.560.913,16 |

**A.4 – Empenhos**

Segue o resultado da análise dos empenhos realizados pela Secretaria Municipal da Fazendo e Orçamento no período abordado por este relatório:

**A.4.1 - Aspecto geral:**

Conforme análise, os empenhos foram emitidos de forma prévia; os documentos de suporte da despesa estão anexados à Nota de Empenho, que registra as informações básicas exigidas pelas normas vigentes e estão assinadas pelas autoridades responsáveis pela sua emissão, o que foi comprovado por esta CGM, em caráter de amostragem, em verificação in loco nos arquivos da Secretaria Mun. de Finanças.

As eventuais anulações de empenhos estão fundamentadas pelo servidor responsável, conforme auferido por esta CGM.

Quanto às liquidações, elas se ampararam em documentos fiscais previstos em lei vigente; foram registradas na Contabilidade de forma tempestiva mediante lançamentos contábeis no sistema informatizado da Contabilidade, conforme constatou esta CGM em vistoria in loco.

Por fim, os pagamentos dos empenhos liquidados e vistoriados por esta CGM foram realizados mediante transferências bancárias ou cheques nominais pelo seu valor líquido e as eventuais retenções exigidas por contrato ou lei foram registradas contabilmente de forma individualizada em contas específicas no fluxo orçamentário e extra-orçamentário, de acordo com a sua natureza.

**A.4.2 – Valores empenhados no período**

Com relação aos valores empenhados no período, o quadro abaixo demonstra quanto foi gasto por Secretaria.

****

|  |
| --- |
| B – ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS |

No quadro abaixo seguem os valores das alterações orçamentárias ocorridas no período em análise.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Origem |  | Aplicação |  |
|  |  |  |  |
| Anulação de Dotação | 4.437.638,53 | Suplementação | 18.092.393,27 |
| Excesso de arrecadação | 6.209.322,79 | Crédito especial | 4.538.074,75 |
| Operação de crédito | 4.500.000,00 | Crédito Extraordinário | 0,00 |
| Superávit financeiro | 7.483.506,70 | Remanejamento | 7.129.589,72 |
| Remanejamento | 7.129.589,72 | Transposição | 9.154.993,24 |
| Transposição | 9.154.993,24 | Transferência | 791.580,00 |
| Transferência | 791.580,00 |  |  |
|  |  |  |  |
| **Total** | **39.706.630,98** | **Total** | **39.706.630,98** |

No quadro abaixo é demonstrado por quais leis houveram as alterações na estrutura orçamentária do município .

A Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu inc. II e III do art. 26 deixou consignado o percentual de 10% para alterações orçamentárias por créditos adicionais (superávit financeiro, excesso de arrecadação e operação de crédito) e 10% para alterações orçamentárias através de remanejamento, transposição e transferência.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Lei | Valor crédito (a) | Valor orçado (b) | % (a/b) |
|  |  |  |  |
| 1787 | 11.452.125,93 | 182.199.000,00 | 6,29 |
| 1748 | 13.811.259,70 | 182.199.000,00 | 7,58 |
| 1753 | 4.052.172,34 | 182.199.000,00 | 2,22 |
| 1757 | 107.902,41 | 182.199.000,00 | 0,06 |
| 1759 | 991.013,62 | 182.199.000,00 | 0,54 |
| 1761 | 550.000,00 | 182.199.000,00 | 0,30 |
| 1765 | 7.454.700,00 | 182.199.000,00 | 4,09 |
| 1768 | 1.287.456,98 | 182.199.000,00 | 0,71 |
|  |  |  |  |
| **Total** | **39.706.630,98** | **Total** | **21,79** |

Fonte: Sistema de Contabilidade - *Demonstrativo de crédito adicional – sintético*

Nota-se que pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n° 1.787 houve alteração no montante de R$ 11.452.125,93, representando assim 6,29%.

As alterações orçamentárias feitas através de crédito adicional por anulação de dotação, excesso de arrecadação e superávit financeiro **estão dentro dos limites do art. 26 da LDO, que é de apenas 10%**. Do mesmo modo, a alterações orçamentárias por remanejamento, transposição e transferência, **estão dentro da margem que ficou consignado na mesma lei**.

|  |
| --- |
| C - APLICAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS EM SAÚDE |

A receita bruta de impostos, receitas de transferências constitucionais, acumulada no 2° quadrimestre de 2019 para apuração nos gastos com a Saúde no município foi de **R$ 77.810.032,95**, sendo esse valor utilizado para base de cálculo para apuração do valor mínimo a ser aplicado (15%), o que resultaria em um valor de **R$ 11.671.504,94.** No entanto, o município aplicou até o momento o valor de **R$ 21.673.961,02** (despesa liquidada), correspondendo ao percentual de **27,85,** ficando **acima** da aplicação mínima exigida no valor de **R$ 10.002.465,08**.

Nota-se também que a dotação orçamentária está dentro dos limites estabelecidos para fazer frente à aplicação na saúde, estando a dotação atualizada em 28,58%, atendendo assim a exigência constitucional.



Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de **aplicação favorável** ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da Constituição Federal.

|  |
| --- |
| D - APLICAÇÃO NO ENSINO |

**D.1 - Educação**

A receita bruta de impostos acumulada no 2° quadrimestre de 2019 para aplicação com recursos próprios no ensino foi de **R$ 79.109.380,76** sendo esse valor utilizado para base de cálculo para apuração do valor mínimo a ser aplicado (25%), o que resultaria em um valor de **R$ 19.777.345,19.** No entanto, o município aplicou no período em análise o valor de **R$ 18.589.588,12** (despesa liquidada), correspondendo ao percentual de **23,50%**, ficando **abaixo** da aplicação mínima exigida no valor de **R$ 1.187.757,07**.

Da análise, verifica‑se **com base na despesa liquidada, que o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.**





**D.2 - FUNDEB**

Evidenciamos no quadro abaixo, a aplicação do percentual onde o mínimo é de 60% em despesas com remuneração dos profissionais do magistério – Art. 60, § 5°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional n° 14 e Lei n° 9424/96, no art. 7°.

A receita do FUNDEB até o quadrimestre em análise foi de **R$ 20.018.247,45** derecurso recebido e **R$ 30.232,82** de rentabilidades,com gasto na despesa liquidada no valor de **R$ 18.580.085,03**, desse montante foi aplicado em despesas com remuneração no magistério o valor de **R$ 15.100.522,23**, em relação à despesa efetivamente liquidada, **o que totaliza o percentual de 75,32%**.

No que tange a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério (60%), verifica-se que **restou atendido** o cumprimento do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Dos 95% obrigatórios na aplicação com a despesa efetivamente paga com os recursos que foram recebidos no exercício, o Município aplicou 90,72%. Nota-se, portanto que o total da despesa paga no período em análise, **NÃO atende** ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07.



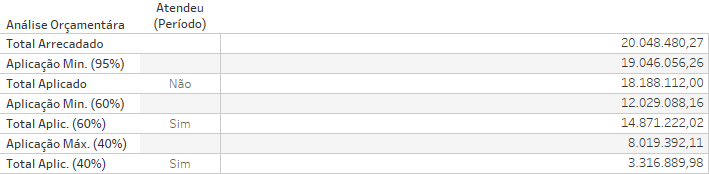
**D.2.1 - Análise financeira dos recursos do Fundeb**

|  |
| --- |
| Total arrecadado 20.048.480,27 |
| Total pago 18.188.112,00 |
| Disponível 1.860.368,27 |
| Saldo bancário 1.850.862,31 |
| Diferença -9.505,96 |

Relativo à análise financeira do FUNDEB, constatamos que o saldo da conta bancária do fundo (Conta Interno 1985: BB-C/ FUN.MAN. EDUC. BASICA 33912-1 - 00492 - BANCO DO BRASIL S.A., Conta Interno 2047: CEF-C/ FUNDEB DIFERIDO/19 71035-9 - 00903 - CAIXA E. FEDERAL), no período em análise, **apresenta inconsistência**. A diferença entre os recursos recebidos e o total de despesas pagas totaliza o valor de R$ 1.860.368,27 (um milhão, oitocentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos), enquanto que o saldo existente na (s) conta (s) bancária (s) é de R$ 1.850.862,31 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e um centavos).

Dessa forma deverá os responsáveis adotar critérios e providências para que os recursos recebidos do FUNDEB sejam somente utilizados com despesas provenientes desse fundo, bem como as despesas deste fundo sejam custeadas apenas com recursos oriundos das transferências e aplicações financeiras do FUNDEB.

**D.2.2 - Análise orçamentária dos recursos do Fundeb**



**D.3 – SIOPE**

|  |  |
| --- | --- |
| [https://www.fnde.gov.br/siope/images/logomarca_fnde.gif](http://www.fnde.gov.br/home/) | [https://www.fnde.gov.br/siope/images/logomarca_siope.gif](https://www.fnde.gov.br/siope) |

# Relatório de Situação de Entrega dos Municípios

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Código | Município | 2018 | | | | | |
| 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
| 354260 | Registro | **X** | **X** | **MS** | | | |  |

**Legenda**

**X**: Declaração transmitida  
**Em branco**: Não entregou declaração  
**SB**: Sem Balanço  
**MS:** MAVS (Aguardando atuação do Secretário de Educação)  
**MP:** MAVS (Aguardando atuação do Presidente do CACS)

# Fonte: Relatório de Situação de Entrega dos Municípios – FNDE

# (<https://www.fnde.gov.br/siope/situacaoEntregaMunicipio.do?acao=pesquisar&numAnoPesquisa=&cod_uf=35&ordenar=1>)

Até o presente momento não foi entregue os dados relativos ao ensino para o SIOPE, relativo ao 3° e 4° bimestre de 2019. Tal fato pode gerar penalidades, bem como, inscrição no CAUC, o que pode gerar problemas para repasses com recursos de convênios.

**D.4 – APORTE FINANCEIRO PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL**

Em análise às despesas próprias com educação, constatamos a realização aportes para cobertura de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no exercício, no montante de R$ 322.231.31.

A respeito deste assunto o “Manual Básico da Aplicação no Ensino” elaborado pelo Egrégio Tribunal de Contas traz a seguinte redação :

*“****24. Glosas mais comuns das Despesas Obrigatórias – Cobertura de déficits atuariais de regimes próprios de previdência (quota da Educação).***

*Conforme a Nota Técnica 633/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional, os aportes para cobertura de déficit atuarial não serão incluídos na despesa com pessoal e, disso decorrente, tal cobertura, por simetria, não poderá ser utilizada, ainda que proporcionalmente, nos mínimos da Educação.”*

A jurisprudência da Corte de Contas Paulista reitera o disposto no referido Manual e reforça o posicionamento de que as despesas relativas à “Aporte para cobertura de déficit atuarial dos RPPS” não poderão ser computadas no mínimo do ensino.

Não distante, nas contas da Prefeitura de Registro no TC-004563.989.18-5 a fiscalização fez glosa dos valores dispendidos com a referida despesa.

Nos autos do TC-1677/026/13 (relativo às contas anuais de 2013 da prefeitura municipal de Rio Claro), em Sessão de 06/10/15, da E. Primeira Câmara, foi emitido parecer favorável, apenas e tão somente, porque a exclusão de “despesas com a cobertura de déficit atuarial”, embora aceita, não faria com que fosse descumprido o mínimo exigido.

Já nos autos do TC-1564/026/13 (relativo às contas anuais de 2013 da prefeitura municipal de Campinas), em Sessão de 14/12/2016, ficou decidida a exclusão das despesas lançadas como aporte para o RPPS municipal do cômputo dos investimentos em ensino.

Assim como, nos autos do TC-5198/989/16 (relativo às contas anuais de 2016 do Governador do Estado), consta recomendação para que os valores despendidos com o pagamento de inativos da educação não sejam considerados nos gastos com ensino.

Com intuito de orientação e correção para o encerramento do exercício, para não culminar em desatendimento a jurisprudência da Corte de Contas Paulista, essa CGM se reuniu com a equipe da área de finanças, sendo os funcionários Francisca Araújo dos Santos, Lucia Maria de Oliveira Machado e Jefferson Rodrigues Veloso, da Secretaria Mun. de Educação para alertar quanto ao tema.

Parte inferior do formulário

|  |
| --- |
| E – RESTOS A PAGAR |

Os valores apresentados abaixo estão separados por fonte a fim de possibilitar uma melhor visualização.

O quadro abaixo mostra que houve uma redução o quanto significativa do saldo dos restos a pagar, que passaram de R$ 12.862.744,78 em 31/12/2018, para R$ 748.399,16 em 31/08/2019. Do saldo total houve redução de 94,18%, em sua grande parte as baixas foram efetuadas por pagamentos realizados, sendo 87,27%.



Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, **observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta**.

Os Restos a Pagar Não Processados são as despesas que ainda não concluíram a fase de liquidação da despesa e não foram pagas, ou seja, são as despesas que foram apenas empenhadas e em um determinado momento sofrem uma liquidação contábil, em função de imposições legais, afetando as contas do sistema financeiro no passivo, Restos a Pagar Não-Processados, e na Despesa, a natureza correspondente ao fato.

O Parágrafo Único do artigo 103, da Lei 4.320/64 determina que *“Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”*. Em interpretação literal a este artigo,constata-se que o legislador se referiu aos Restos a Pagar sem fazer distinção entreProcessados e Não Processados. Teologicamente, buscou, principalmente, a inclusão

desse item no Balanço Financeiro como forma de compensação de sua inclusão na despesaorçamentária, como ocorre, também, com os Restos a Pagar Não Processados.

Como pode se ver os restos a pagar por se tratarem de uma divida impactam negativamente no balanço financeiro, por se tratar de um passivo.

O art. 1º do Decreto 20.910/32 (que ainda está em vigor) assim diz: **“As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”. (grifo nosso)**

|  |
| --- |
| F – ADIANTAMENTOS |

No que tange aos numerários concedidos aos servidores municipais em regime de adiantamento, regidos pela Lei Municipal n° 1.492 de 29 de abril de 2015, está Controladoria informa abaixo o resultado das análises relativa ao período abarcado por este RCI.

**F.1 - Aspecto geral dos adiantamentos**

Todo o numerário concedido a servidores municipais através de adiantamento seja ele para despesas miúdas de pronto pagamento ou adiantamento para despesas com viagens, estão regulares conforme preceitua a Lei n° 1.492/2015, e nos casos de impropriedades que causaram prejuízo ao erário constatado foi solicitado ao responsável do adiantamento que devolvesse o recurso ao tesouro municipal.

Até o presente período foram feitos as análises de 67 processos de prestações de contas relativo aos empenhos conforme relação abaixo.

Abaixo está a relação dos adiantamentos analisados pela Controladoria Geral do Município.



**F.2 - Análise de prestações de contas**

Em análise as prestações de contas no período, esta CGM encontrou inconsistência nos processos abaixo relacionados e solicitou a devolução dos valores glosados, os quais seguem:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nome | Empenho | Valor glosado | Motivo |
| ALTIMAR GOMES | 258/0-2018 | R$ 122,70 | Despesa fora do período de aplicação |

Em relação ao montante de prestações de contas analisadas as ocorrências que envolvem ressarcimento ao erário foram baixas.

As demais prestações de contas estavam regulares, contendo em algumas prestações de contas apenas erros formais que não macularam as mesmas.

|  |
| --- |
| G – CONTROLE DE SUPRIMENTOS E TRANSFERÊNCIAS |

**G.1 - Aspecto geral do repasse**

Os percentuais para apuração do cálculo de repasse à Casa Legislativa incidem não apenas sobre os tributos arrecadados pelo próprio Município, mas também oneram os impostos transferidos pela União e Estado. Daí que a base de apuração se chama receita tributária ampliada.

Incorre em crime de responsabilidade o Prefeito que à Câmara transfere mais do que possibilita a Constituição. É por isso que, neste caso, se emite parecer desfavorável à conta do Prefeito.

**G.2 - Repasse de recursos**

Conforme disciplina o art. 168 da Constituição Federal os valores a título de duodécimos deverão ser entregues até o dia 20 de cada mês.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Data do repasse | Empenho | Valor repassado |
| 14/01/2019 | 1/1-2019 | 470.166,63 |
| 12/02/2019 | 1/2-2019 | 470.166,67 |
| 12/03/2019 | 1/3-2019 | 470.166,67 |
| 11/04/2019 | 1/4-2019 | 470.166,67 |
| 13/05/2019 | 1/5-2019 | 470.166,67 |
| 11/06/2019 | 1/6-2019 | 470.166,67 |
| 12/07/2019 | 1/7-2019 | 470.166,67 |
| 13/08/2019 | 1/8-2019 | 470.166,67 |
| Total |  | **3.761.333,32** |

No decorrer do exercício de 2019 (período em análise) houveram transferências de valores para Câmara Municipal no valor de R$ 3.761.333,32. **Restou constatado que houve atendimento ao prazo para o repasse**.

|  |
| --- |
| H – GASTO COM PESSOAL |

**H.1 - Índice de gasto com pessoal**

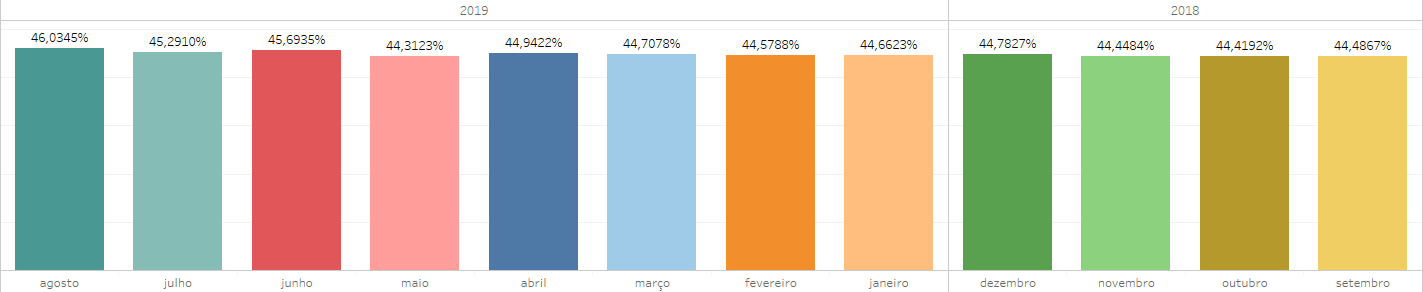
Com os dados obtidos através do Relatório de Gestão Fiscal, o gasto com pessoal do Poder Executivo, foi de R$ 73.842.679,80, representando 46,03**%** da Receita Corrente Líquida, **cumprindo assim o índice estabelecido em lei**. O Executivo Municipal **vem atendendo ao limite da despesa com pessoal** conforme preceitua o art. 20, inciso III alínea “b” da Lei Complementar n° 101/00 LRF, **observa-se uma situação ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta**.

Conforme determina a referida Lei, o limite prudencial de despesas com pessoal é 51,3% da Receita Corrente Líquida, enquanto que o limite máximo é 54%.





Abaixo segue gráfico com a evolução percentual com gastos em despesa laboral nos últimos 12 meses.



|  |
| --- |
| I – DIVIDA FUNDADA INTERNA |

Abaixo segue os valores inscritos na divida fundada do município até o dia 31/08/2019.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Credor | Data | Valor Emissão | Pgto/Cancelamento | Valor atual |
| Parcelamento INSS | 31/12/2012 | 681.003,11 | 681.003,11 | 0,00 |
| PMAT | 30/06/2014 | 2.759.117,59 | 171.748,47 | 2.587.369,12 |
| Desenvolve SP – Obras de Infraestrutura | 15/12/2017 | 6.000.000,00 | 49.100,79 | 5.950.899,21 |
| Precatório - Denilson |  | 26.975,61 | 0,00 | 26.975,61 |
| Precatório – Selma |  | 12.644,72 | 0,00 | 12.644,72 |
| Precatório – Lina |  | 29.530,84 | 0,00 | 29.530,84 |
| Precatório – Lauro |  | 425.535,12 | 0,00 | 425.535,12 |
| Precatório – C. Wolpert |  | 10.196,83 | 0,00 | 10.196,83 |
| Precatório – Carlos |  | 10.667,25 | 0,00 | 10.667,25 |
| Precatório – Amilton |  | 24.931,67 | 0,00 | 24.931,67 |
| Precatório – Carlos Alberto Mapa 2019 |  | 29.109.67 | 0,00 | 29.109.67 |
| Precatório – Patricia Mapa 2019 |  | 10.256,99 | 0,00 | 10.256,99 |
| Precatório – C. Wolpert Mapa 2019 |  | 15.721.42 | 0,00 | 15.721.42 |
| Programa Pró Transporte | 07/11/218 | 11.524.577,92 | 0,00 | 11.524.577,92 |
|  |  |  |  |  |
| Total |  | **21.560.268,74** | **687.614,29** | **20.568.416,37** |

Fonte: Anexo 16 – Demonstração da divida fundada

O saldo da divida fundada em 30/04/2019 era de R$ 21.471.147,46, com isso houve redução de 3,79% no período de análise.

O grande montante que gerou a redução na dívida fundada se deve ao cancelamento da divida junto ao INSS.

|  |
| --- |
| J – DÍVIDA CONSOLIDADA |

A dívida consolidada teve um acréscimo de 181,94%, passando de R$ 3.585.930,16 no 1° quadrimestre, para R$ 10.110.65,92 no quadrimestre em análise. **Contudo, a DCL está dentro dos limites estabelecidos pela Resolução do Senado Federal**.





|  |
| --- |
| K – ENCARGOS SOCIAIS – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS PARA COM O INSS |

Da análise feita, pudemos constatar que **os valores das contribuições** dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como, das contribuições atinentes à cota-patronal a cargo da Prefeitura, **relativos** **aos** **meses** **de** **janeiro**, **fevereiro** e **março** de 2019, **foram recolhidos no prazo** previsto nas alíneas ‘a’ e ‘b’, do inc. I c.c. inc. II, do § 2º, ambos do art. 30[[1]](#footnote-1), da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

**K.1.1 – Valores informados na SEFIP/GFIP**

**Conferindo os valores** registrados **nas** respectivas **GPS** **de** **janeiro**, **fevereiro** e **março** de 2019, **e comparando àqueles declarados** nos comprovantes de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social, gerados **pelo SEFIP/GFIP**, **pudemos comprovar a regularidade e a compatibilidade**, logo, **não verificamos inconsistência entre o total declarado em relação ao montante recolhido**.

**K.1.2 – Base de cálculo da contribuição previdenciária**

**Efetuamos a verificação**, por amostragem, nos pagamentos dos servidores referentes ao mês de **janeiro** de 2019, **para confirmar se foram utilizadas corretamente as alíquotas para fins de recolhimento ao INSS de acordo com a faixa de salário-de-contribuição**, em conformidade com o Anexo II[[2]](#footnote-2), da Portaria ME n.º 9, de 15/01/2019.

Da análise, **notamos a utilização correta das alíquotas**, conforme o salário de contribuição recebido pelos servidores conferidos, inclusive, notamos que **há a redução correta dos descontos com faltas da base de cálculo**.

E da análise, confrontando com os valores da GFIP, **constatamos que os cálculos das contribuições previdenciárias estão respeitando as alíquotas** constantes na tabela do anexo II, da Portaria MF n. 15/2018.

Ademais, ao confrontarmos, por amostragem, os valores da folha de pagamento com a GFIP, notamos, também**, a regularidade dos cálculos**.

**K.1.3 – Arquivo dos comprovantes de pagamento**

As guias originais relativas aos recolhimentos dos encargos previdenciários dos servidores públicos ficam arquivadas em pasta própria da Divisão de Pessoal e Processamento da Folha de Pagamento.

Saliento que se trata de medida salutar, haja vista que, facilita a verificação por parte da própria administração, bem como dos órgãos de fiscalização, e até mesmo, quando eventualmente, forem solicitados para conferência e comprovação dos recolhimentos realizados em cada uma das respectivas competências, já que todos os comprovantes estarão guardados em um único lugar.

**K.1.3 – Recolhimento de juros e multas**

Não houve nas competências analisadas.

**K.1.4 – Parcelamentos**

Não há.

|  |
| --- |
| L – INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL |

**Solicitamos para análise os protocolos de envio dos documentos** atinentes aos arquivos gerados pelo SEFIP, **relativo** **aos** **meses** **de** **janeiro**, **fevereiro**, **março** e **abril** de 2019, onde **pudemos verificar que as respectivas GFIP foram enviadas** à Caixa Econômica Federal, conforme informações abaixo:

* Os arquivos do mês **de** **janeiro/2019**, enviados por meio do conectividade social, **foram armazenados** na caixa postal da funcionalidade SEFIP/REV, na Caixa Econômica Federal, **no dia 29/01/2019**, às 11h44min, ou seja, **no prazo**.
* Os arquivos do mês **de** **fevereiro/2019**, enviados por meio do conectividade social, **foram armazenados** na caixa postal da funcionalidade SEFIP/REV, na Caixa Econômica Federal, **no dia 26/02/2019**, às 14h27min, ou seja, **no prazo**.
* Os arquivos do mês **de** **março/2019**, enviados por meio do conectividade social, **foram armazenados** na caixa postal da funcionalidade SEFIP/REV, na Caixa Econômica Federal, **no dia 25/03/2019**, às 09h04min, ou seja, **no prazo**.
* Os arquivos do mês **de** **abril/2019**, enviados por meio do conectividade social, **foram armazenados** na caixa postal da funcionalidade SEFIP/REV, na Caixa Econômica Federal, **no dia 30/04/2019**, às 09h45min, ou seja, **no prazo**.

|  |
| --- |
| M – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE |

A Lei Federal n.º 13.708, de 14 de agosto de 2018, em seu art. 9º-A, § 1º, inc. I[[3]](#footnote-3), fixa o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde, escalonando o aumento para esse ano e anos seguintes, e instituindo para janeiro de 2019 o valor do piso de R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais).

Desta forma, **a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019**, **o** pagamento do **piso salarial dos** Agentes Comunitários de Saúde **(ACS)**, reajustado pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, **já deveria equivaler à R$ 1.250,00**.

Ante o exposto, **fizemos a verificação** do atendimento por parte da Prefeitura de Registro, e, a municipalidade **estabeleceu as referências 15-A**, **17-B** e **18-B** para os agentes comunitários de saúde, cujas remunerações equivalem a R$ 1.184,77, R$ 1.308,23 e R$ 1.352,98, respectivamente.

Entretanto, em fevereiro deste ano, por intermédio da Lei n.º 1.814/2019, o Município instituiu o piso salarial dos ACS no valor de R$ 1.550,00[[4]](#footnote-4), obedecido o escalonamento nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, para que o valor mensal atingisse os patamares estabelecidos pela Lei Federal vigente.

Ocorre que, **ao fazermos a verificação** do atendimento por parte da Prefeitura de Registro, pudemos comprovar **na folha de pagamento de janeiro/2019**, que **a municipalidade pagou aos Agentes Comunitários de Saúde um valor inferior ao estabelecido pelo Governo Federal**. Já que **o valor recebido** em janeiro/2019 por alguns ACS **foi de R$ 1.184,77**. Ou seja, **a Prefeitura não respeitou o patamar estabelecido pela Lei Federal** destacada no início deste tópico.

Entretanto, considerando a promulgação da Lei n.º 1.814/2019 que produziu efeitos a partir de janeiro de 2019[[5]](#footnote-5) c.c. a Lei n.º 1.810/2019, que concedeu a revisão geral anual de 3,75% a partir de 1º de fevereiro de 2019, houve **a necessidade de ajuste**, **com a alteração do valor** da referência salarial **e o pagamento das diferenças** referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2019.

Ante o exposto, **a única ressalva que fazemos** após a regularização dos pagamentos, **diz respeito ao procedimento administrativo utilizado para o enquadramento dos agentes** em outra referência. Pois, em que pese haver a previsão no art. 2º[[6]](#footnote-6), da Lei n.º 1.814/2019, **entendemos que o Decreto não é o ato formal adequado**

**para tal medida**. Tal afirmativa se baseia no art. 41, da Lei Orgânica do Município, que transcrevemos a seguir:

***Art. 41*** *– A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.*

***§ 1º*** *-* ***Compete exclusivamente ao Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre****:*

***1*** *–* ***criação e extinção de cargos****, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a* ***fixação da respectiva remuneração****;*

***2*** *– criação de Secretarias e Departamentos;*

***3*** *–* ***servidores públicos do Município****,* ***seu regime jurídico****,* ***provimento de cargos****, estabilidade e aposentadoria.*

***4*** *– matéria orçamentária ou a que autoriza a abertura de créditos ou concede auxílios, prêmios e subvenções. [g.n.n.]*

Desta forma, **recomendamos que a administração avalie** o disposto no retrocitado art. 2º, da Lei n.º 1.814/2019, **a fim de compatibilizar-se com a regra** do art. 41, **da LOM**, e os enquadramentos de cargos em referências se dê somente por intermédio de Lei Municipal.

|  |
| --- |
| VII – CERTAMES LICITATÓRIOS |

Até o dia 31/08/2019 a municipalidade procedeu 136 processos de certames licitatórios, o que totalizou R$ 21.774.191,84. No quadro abaixo são identificadas as modalidades utilizadas, bem com seus valores.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Modalidade | Quantidade | Valor R$ | % |
| Concorrência Pública | 7 | 1.694.315,31 | 7,78 |
| Tomada de Preço | 13 | 1.401.458,22 | 6,44 |
| Convite | 0 | 0,00 | 0 |
| Pregão Presencial | 3 | 4.483.644,00 | 20,59 |
| Pregão Eletrônico | 83 | 12.406.676,92 | 56,89 |
| Dispensa | 24 | 1.681.863,29 | 7,72 |
| Inexigibilidade | 4 | 55.044,10 | 0,25 |
| Leilão | 1 | 51.190,00 | 0,24 |
| Chamada Pública | 1 | 0,00 | 0 |
| Total | **136** | **21.774.191,84** | **100** |

|  |
| --- |
| VIII – TERCEIRO SETOR |

Abaixo segue resultado da análise referente às parcerias da Administração com as entidades do 3º setor no período a que se refere esse relatório, considerando os dispositivos legais aplicáveis e a Lei Federal n. 13.019/14 e suas alterações.

**A - Aspecto Geral**

Atualmente não existe um relatório ou módulo nos sistemas informatizados em uso na Administração, que forneça informações atualizadas dos ajustes firmados com as instituições do terceiro setor, o que o controle e a fiscalização dos mesmos.

Tal situação prejudica o controle e a fiscalização dos repasses destinados ao terceiro setor, aumento assim, os riscos de inadequações, erros, desvios, fraudes e demais problemas nas execuções das parcerias.

**B - Análise por amostragem**

Essa CGM analisou, por amostragem, as prestações de contas das parceiras da Prefeitura de Registro com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Registro – TC nº 20/2017 – 2° Termo aditivo** e da **Creche e Pré-Escola Sahei Ussuki – TC nº 21/2017**.

A parceria com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Registro** tem como objetivos, de forma sucinta, o pagamento da folha de pagamento e encargos, bem como com despesas gêneros alimentícios e com materiais de consumo.

Foram analisadas as prestações de contas da 1º, 2º, 3º parcelas. As prestações de contas **tiveram uma análise preliminar da Secretaria de Educação** (Secretaria Gestora da parceria), as quais se encontram em boas condições de organização e apresentação. Os documentos apresentados como despesas pagas com o repasse, estão em conformidade com os pagamentos efetuados. Foram anexados todos os documentos comprobatórios das despesas, bem como, os extratos bancários com as respectivas movimentações financeiras.

Algumas despesas **estão em conformidade** com o que ficou estipulado no plano de trabalho da entidade, no entanto, estão em **desconformidade** com a [**Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument)- LDB**.**

Os recursos empregados são dos 25% para aplicação no ensino, os gastos deveriam seguir os artigos 70 e 71 da LDB, no entanto, gastos com alguns profissionais deveriam ser desconsiderados, conforme exarado no Relatório de Auditoria n. 01/2019 dessa CGM. Ante ao fatos, essa CGM, julgou pela irregularidade e emitindo parecer desfavorável as contas apresentadas em relação aos valores apontados.

A parceria com a **Creche e Pré-Escola Sahei Ussuki** tem como objetivos, de forma sucinta, o pagamento da folha de pagamento e encargos, bem como despesas com gêneros alimentícios e materiais de consumo, manutenção da instituição e despesas de consumo (água/energia elétrica/telefonia).

Foram analisadas as prestações de contas da 1º e 2º parcelas. As prestações de contas tiveram uma análise preliminar da Secretaria de Educação (Secretaria Gestora da parceria), as quais se encontram em boas condições de

organização e apresentação. Os documentos apresentados como despesas pagas com o repasse, estão em conformidade com os pagamentos efetuados. Foram anexados todos os documentos comprobatórios das despesas, bem como, os extratos bancários com as respectivas movimentações financeiras.

No caso dessas prestações de contas, essa CGM, ainda não deu por regular os gastos efetuados até que a instituição encaminhe o que foi solicitado no Relatório da auditoria n. 02/2019, quais sejam, as justificativas quanto a uma funcionária estar recebendo abaixo do salário mínimo nacional.

**C - Da conclusão**

Após análise dessa CGM das prestações de contas da 1ª, 2ª e 3ª parcelas do TC n. 20/2017 – 2° TA com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Registro a Secretaria de Educação concluiu pela manutenção dos apontamentos feitos.

Devido a persistência da secretaria gestora, essa CGM julgou irregular os gastos combatidos e emitiu parecer desfavorável as prestações de contas analisadas.

Em relação as prestações de contas da instituição Creche e Pré-Escola Sahei Ussuki, ainda não foi emitido parecer, devido a solicitação de justificativas.

|  |
| --- |
| IX – TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS |

Os tópicos abaixo tratam do que foi averiguado em relação de como a Administração local tem dado publicidade aos seus atos, seja em atendimento as exigências legais, seja por conta de ações de iniciativa própria.

**A - Exigências legais**

Conforme constatado por esta CGM, as exigências legais relativas à transparência dos atos e das contas municipais, **vem sendo cumpridas** pelo Executivo Municipal.

Segue abaixo quadro resumo contendo os resultados das constatações desta CGM a respeito do cumprimento das exigências legais relativas à transparência das contas públicas municipais:

**Transparência – Cumprimento das exigências legais**

**Maio a Agosto**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Situação | | Constatação | |
| Realização de Aud. Pública de prestação de contas (art. 48, caput – LRF) ? | | Sim | |
| Realização de Aud. Pública para debater PPA, LDO e LOA (art. 48 – LRF)? | | Sim | |
| Divulgação no portal do PPA, LDO e LOA (art. 48 – LRF)? | | Sim | |
| Divulgação no portal de Balanços e Pareceres do TCESP (art. 48 – LRF)? | | Sim | |
| Divulgação dos tributos arrecadados (art. 162 – CF)? | | Sim | |
| Publicação trimestral das receitas e despesas do ensino (art. 256 – CE)? | | Sim | |
| Realização de aud. Pública quadrimestral da Saúde (art. 36, § 5º - LC 141/12)? | | Sim | |
| Divulgação no portal das receitas e despesas (art. 48-A – LRF)? | Sim | |

As audiências públicas obrigatórias **estão sendo realizadas nos prazos legais**.

Em que pese às audiências públicas serem realizadas nos prazos regulamentares e de acordo com os ditames legais, elas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate. Tal fato também foi apontado pela fiscalização do TCESP nas contas de 2018.

Em procedimento de análise ao portal da transparência do município restou constatado que a municipalidade não faz a publicação do inteiro teor dos contratos administrativos, bem como, seus aditivos, fazendo apenas a publicação dos extratos dos contratos administrativos firmados.

Em auditoria operacional realizada, cujo objetivo é avaliar o grau de aderência do portal da Internet à legislação de transparência, notadamente à Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), considerou-se preocupante, o não cumprimento ao artigo 8°, § 1º, IV, da Lei 12.527/2011, mesmo depois de mais de sete anos de sua publicação.

Para tanto, essa CGM exarou a Orientação Técnica n. 006/2019 em 03 de maio de 2019, a qual levou ao conhecimento da Secretaria Mun. de Administração, contudo até o fechamento desse RCI não houve atendimento.

|  |
| --- |
| X – DIVIDA ATIVA |

**A – RECEBIMENTO**

No mesmo quadrimestre em 2018 houve o recebimento no montante de R$ 1.142.274,81, já em 2019 houve o recebimento no valor de R$ 1.804.572,87, havendo um aumento no valor de R$ R$ 662.298,06, ou seja, aumento de sendo 57,98% nos recebimentos da dívida ativa.

Em comparação aos dois períodos analisados houve um aumento o quanto significativo no recebimento dos valores inscritos em divida ativa, contudo, o percentual de recebimento ainda é baixo em relação ao estoque total da divida., sendo 6,41% em comparação ao subtotal até o valor corrigido.

**B – BAIXA DA DIVIDA ATIVA**

Em análise feita aos processos de baixa de valores inscritos em divida ativa que foram encaminhados a essa CGM pelo Setor de Tributação, foi possível constatar que os principais motivos dos cancelamentos são a prescrição intercorrente.

Tais prescrições decorreram devido ao lapso temporal da divida, as quais decorreram o prazo de mais de 5 (cinco) anos de sua exigibilidade.

Em muitos processos ocorreram erros processuais, quanto à correta identificação do executado, inércia do município demonstrando desinteresse processual, inércia quando da solicitação do judiciário para a correta identificação do executado e baixo valor da execução da ação.

Em todos os processos de baixa da divida ativa não restou demonstrado se o município tentou fazer a cobrança administrativa antes de efetuar a execução judicial.

Restou demonstrado que na maioria dos casos houve ineficiência na cobrança e ineficiência quanto à correta caracterização do executado (cadastro do contribuinte).

A divida ativa deve ter maior atenção por parte da administração quanto a correta identificação e caracterização dos seus devedores e quanto a evitar as perdas dos prazos prescricionais.

O cadastro da divida ativa está desatualizado o que gera a correta identificação do polo passivo (devedores) quando da cobrança judicial, tal fato, ocasiona o erro processual para a correta cobrança. O que tem verificado é que quando o município executa judicialmente o devedor de forma errada e solicita a alteração do polo passivo, o judiciário tem negado tal alteração, levando nos casos analisados a prescrição na exigibilidade do débito, porque já decorreu o prazo prescricional. Deveria o Setor de Tributos chamar o contribuinte a fazer o cadastramento dos seus dados de tempos em tempos, ou mesmo, buscar informações nas Secretarias do município para tentar efetuar o cadastramento dos contribuintes, a exemplo dos dados do CadÚnico.

Outro ponto negativo na questão da cobrança dos tributos municipais é que o Setor de Tributos não faz a cobrança administrativa dos impostos por ela responsável e administrado, deixando tal incumbência tão somente para o jurídico do município para impetrar ações judiciais, meio esse mais moroso e tem-se mostrado menos eficaz. Deveria o Setor de Tributos tentar pelos meios existentes (através de carta, de e-mails, de propaganda institucional) fazer a cobrança dos tributos.

**C – SALDO DA DIVIDA ATIVA**

Abaixo segue quadro com os valores inscritos em divida ativa.





Fonte: Setor de Tributos

|  |
| --- |
| XI – RELATÓRIOS DOS ALERTAS DO TCESP |

Abaixo seguem as notificações de alertas emitidas pelo Egrégio Tribunal de Contas no período em exame.

O não atendimento às recomendações do TCESP, bem como o continuado descumprimento das disposições legais por parte do poder executivo municipal, enseja a emissão de pareceres desfavoráveis nas contas anuais.

“O Tribunal Superior Eleitoral – TSE, no julgamento do Recurso Especial Eleitoral RESPE nº 8502, considerou que a inobservância aos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP configura dolo a ensejar a declaração de inelegibilidade de candidato à prefeitura municipal por improbidade administrativa, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/1990.

De seu lado, assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“Na espécie, o Prefeito, não obstante os sucessivos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado, ampliou em 75%, a indisponibilidade financeira apurada em 31 de abril de 2004, período em que estava impedido de comprometer receitas em montante superior às que pudessem ser liquidadas no curso do exercício...... É de se entender, portanto, configurado o dolo (ainda que eventual), manifesto na vontade livre e consciente de contrair despesa em nome do município nos dois últimos quadrimestres de seu mandato que não podiam ser cumpridas integralmente dentro dele.... (STJ, 2ª. Turma, Ag. Rg. no Agravo de Instrumento nº 1.282.854-SP, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 15/03/2011).

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

**NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

**Processo TC** 4904/989/19

**Poder** EXECUTIVO

**Município** Registro

**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

**Período** 03/2019

**Relator** Dr. Dimas Ramalho

**Unidade Fiscalizadora** 02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

**Responsável** GILSON WAGNER FANTIN

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 632.751.399-91

**Período de Gestão** 01/01/2017 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

**1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

**1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de Documento** | **Mês** | **Ano** |
| PARECER CONSELHO FUNDEB | 03 | 2019 |
| Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino | 03 | 2019 |
| Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal | 03 | 2019 |

**2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

**2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

**2.2 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias**

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições

**3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

**3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

**3.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

**3.3 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 28/05/2019**

**Hora da Geração: 21:02:32**

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

**NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

**Processo TC** 4904/989/19

**Poder** EXECUTIVO

**Município** Registro

**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

**Período** 04/2019

**Relator** Dr. Dimas Ramalho

**Unidade Fiscalizadora** 02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

**Responsável** GILSON WAGNER FANTIN

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 632.751.399-91

**Período de Gestão** 01/01/2017 a *dado não informado*

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

**1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

**1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Não entrega dos seguintes documentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de Documento** | **Mês** | **Ano** |
| PARECER CONSELHO SAUDE | 04 | 2019 |

**2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

**2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

**2.2 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

**2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias**

Alerte-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições.

**3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

**3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

**3.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 13/07/2019**

**Hora da Geração: 11:07:25**

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

**NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

**Processo TC** 4904/989/19

**Poder** EXECUTIVO

**Município** Registro

**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

**Período** 06/2019

**Relator** Dr. Dimas Ramalho

**Unidade Fiscalizadora** 02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

**Responsável** GILSON WAGNER FANTIN

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 632.751.399-91

**Período de Gestão** 01/01/2017 a 28/06/2019

**Responsável** NILTON JOSÉ HIROTA

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 037.710.138-95

**Período de Gestão** 29/06/2019 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

**1 - Assunto de Fiscalização: LRF**

**1.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

**1.2 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

**2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

**2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

**2.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 31/07/2019**

**Hora da Geração: 21:23:39**

**Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

**NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS**

**Processo TC** 4904/989/19

**Poder** EXECUTIVO

**Município** Registro

**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

**Período** 07/2019

**Relator** Dr. Dimas Ramalho

**Unidade Fiscalizadora** 02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

**Responsável** GILSON WAGNER FANTIN

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 632.751.399-91

**Período de Gestão** 01/01/2017 a 28/06/2019

**Responsável** NILTON JOSÉ HIROTA

**Cargo** PREFEITO

**CPF** 037.710.138-95

**Período de Gestão** 29/06/2019 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

**1 - Assunto de Fiscalização: LRF**

**1.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.

**2 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

**2.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

**2.2 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB**

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 06/09/2019**

**Hora da Geração: 20:29:13**

|  |
| --- |
| XII – DENÚNCIAS E ENCAMINHAMENTOS |

**DENÚNCIA 01**

Chegou ao conhecimento dessa Controladoria-Geral do Município o Processo TC n. 00014613.989.19-3 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde o senhor Nelson Messias da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde encaminhou denúncia junto aquele órgão, solicitando providências referente a denúncia sobre falta de profissionais médicos em Unidades de Saúde do município, quais sejam:

- UBS do Bairro Agrochá;

- UBS do Bairro Xangrilá;

- UBS do Bairro Serrote:

- UBS da Vila Ribeirópolis; e

- UBS da Vila São Francisco.

Com intuito de apurar a veracidade dos fatos essa CGM encaminhou Requerimento n. 70/2019 – CGM, onde solicitou informações acerca do noticiado, o qual foi respondido pela Secretaria Municipal de Saúde.

1. Informar se há falta de profissionais médicos em unidades de saúde do Município. **Resposta: Sim**
2. Se sim, relacionar quais são as unidades. **Resposta: ESF Bloco B**
3. Em resposta positiva, quais são as providências adotadas por essa distinta Secretaria para contratação dos profissionais. **Resposta: A profissional médica que estava lotada nesta unidade, pertencia ao programa Mais Médicos para o Brasil e deixou o programa no mês de 08/2019, assim que soubemos realizamos seu desligamento no sistema de gerenciamento do Ministério da Saúde e estamos aguardando reposição através do Programa. É sábido da dificuldade de reposição de médicos em âmbito nacional, principalmente em cidades pequenas e afastadas de grandes centros, haja visto que, o Ministério da Saúde lançou o programa Mais Médicos para o Brasil no ano de 2014, visando suprir este vazio assistencial e mesmo assim o tempo de resposta de reposição não atende a necessidade da população, chegando a perdurar por 2 a 3 meses.**

**O município de Registro, visando suprir a falta do profissional até que o Ministério da Saúde providencie a reposição, iniciou atendimento na unidade em tela as segundas, terças e quartas a partir das 17h30m.**

Para validar a resposta ofertada pela Secretaria de Saúde essa CGM foi em visita as unidades abaixo relacionadas no dia 13/09/2019, onde restou constatado que haviam os profissionais médicos nas respectivas unidades de saúde.

- UBS do Bairro Agrochá: Dra Taís Adriane Jacob Sales

- UBS do Bairro Xangrilá: Dra Ana Paula Correia dos Santos

- UBS da Vila Ribeirópolis: Dra Miryanis Ayres Tomas

- UBS da Vila São Francisco: Dra Sabrina A. Rodrigues

No instante das visitas os médicos se encontravam em atendimento a população. Fomos informados que os médicos cumprem a jornada de trabalho de segunda a sextas, das 08h00m as 17h30m.

**DENÚNCIA 02**

De igual modo, também chegou a denuncia ofertada também pelo senhor Nelson Messias da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, abrigada no TC n. 00014609.989.19-9 em relação a irregularidades no programa PELC, sendo as denúncias de **1. Falsificação da lista de presença** e **2. Discrepância entre os materiais que deveriam estar em cada unidade – sede das atividades (materiais esportivos).**

Não foi possível verificar tal situação ainda, devido ao fechamento do presente RCI.

|  |
| --- |
| XIII – OUTROS EXAMES |

**1 – MERENDA ESCOLAR**

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº **01/2019/CGM**, foi procedido fiscalização na área da merenda escolar do município o qual gerou o Relatório de Auditoria n. 01/2019, tratando dos resultados dos exames realizados sobre atos e consequentes fatos de gestão, ocorridos na Unidade Auditada, no período de **27 e 28/08/2019.**

Os trabalhos foram realizados na Unidade Auditada, no período de **27 e** **28/08/2019,** em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho.

A equipe de auditoria nesse momento procedeu análise em relação aos procedimentos operacionais em relação a alimentação escolar, as análises documentais e processuais em relação a procedimentos de certames licitatórios, análise nas contas bancárias, entre outros aspectos formais serão realizados futuramente em momento oportuno.

As verificações em relação ao CAE – Conselho de Alimentação Escolar também será objeto de auditoria futura em momento oportuno, bem como, as auditorias com visitas as unidades escolares para a avaliação em relação à alimentação escolar, que serão previamente escolhidas por amostragem.

A avaliação realizada abrangeu aspectos essenciais do componente atividade de controle da área de alimentação escolar. As conclusões da equipe restringem-se aos elementos avaliados das atividades de controle relacionadas aos processos examinados e inspeções físicas realizadas.

Face ao exposto, recomendamos que a Unidade Examinada deva adotar medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressalvados no relatório, implementando as seguintes:

**RECOMENDAÇÕES:**

**a)** Elaborar diagnóstico da situação nutricional dos alunos atendidos, identificando aqueles com obesidade, desnutrição, diabetes, hipertensão, etc.

**b)** Realizar treinamentos para merendeiras para utilizar a FTP, a fim de padronizar a preparação da merenda.

**c)** Contratar nutricionistas de acordo com o parâmetro numérico estabelecido na resolução FNDE n. 26/2013;

**d)** Aplicar teste de aceitabilidade do cardápio, planejado e coordenado pelo nutricionista da Entidade Executora;

**e)** Elaborar manuais com normas e procedimentos prevendo período de realização da conciliação bancária, formas de movimentação financeira, responsáveis por movimentação dos recursos, atesto, conferência dos documentos da liquidação.

**f)** Padronizar as especificações dos gêneros alimentícios, com apoio das diversas Unidades do Município, para uso da equipe de planejamento da contratação nas licitações do PNAE;

**g)** Elaborar pauta, lista ou relação de compras pelos nutricionais, com demonstração do cálculo efetuado para estimar as quantidades dos gêneros alimentícios a serem adquiridos;

**h)** Elaborar normativo estabelecendo procedimento consistente para elaboração de estimativas de preço, a fim de orientar as equipes de planejamento das contratações da Unidade, inclusive nos casos de contratações diretas e adesões a atas de registro de preço;

**i)** Normatizar processo administrativo para aplicação de penalidades por conduta irregular em processos licitatórios;

**j)** Designar Comissão/servidor com formação técnica para recebimento dos alimentos, apoiada em instrumentos adequados para recebimento do objeto, objetivando avaliar as especificações, prazos de validade, data de entrega, etc.;

**k)** Utilizar no sistema informatizado o controle dos prazos de vencimento dos gêneros alimentícios em estoque ou controle manual eficiente;

**l)** Elaborar manual de normas definindo os procedimentos a serem adotados na execução das principais atividades relacionadas ao PNAE na Unidade, com especial destaque para:

**(I)** procedimento de conferência no recebimento dos alimentos no depósito central e nas escolas;

**(II)** procedimento de devolução para o fornecedor (no caso do depósito) e para o depósito central (no caso das escolas);

**(III)** controle de estoque;

**(IV)** definição do papel do fiscal do contrato;

**(V)** regras relacionadas à higiene da cozinha e do local de armazenamento;

**(VI)** regras relacionadas ao armazenamento correto dos alimentos;

**(VII)** periodicidade e forma de atuação da vigilância sanitária no controle de qualidade dos alimentos;

**m)** Que se promova o controle de qualidade dos produtos adquiridos para a alimentação escolar;

**n)** Que se promova ações de educação alimentar e nutricionais de forma abrangentes e sistematizadas, com especial destaque:

**(I)** Cursos, palestras e oficinas direcionadas às merendeiras, nutricionistas, gestores, diretores de escolas, agricultores, enfim, todos os atores envolvidos na alimentação escolar que abranjam as temáticas da alimentação e nutrição;

**(II)** Teatros, oficinas culinárias, gincanas, jogos e palestras, rodas de conversa e outras;

atividades educativas que propiciem maior envolvimento dos alunos;

**(III)** Hortas escolares pedagógicas;

**(IV)** Inclusão do tema “alimentação saudável” no currículo escolar; e

**(V)** Abordagem do tema em datas específicas de acordo com o contexto local.

**o)** Providenciar urgentemente o conserto das telas de proteção sanitárias nas janelas;

**p)** Providenciar urgentemente a manutenção para cessar a infiltração no teto no local de armazenamento dos alimentos;

**q)** Providenciar equipamento para aferição da temperatura nos equipamentos de refrigeração;

**r)** Providenciar o AVCB do local;

**s)** Providenciar o Alvará da Vigilância Sanitária;

**t)** Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela (educação básica: educação infantil - creche e pré-escola, - ensino fundamental) com base no resultado da avaliação nutricional, e em consonância com os parâmetros definidos em normativas do FNDE;e

**v)** Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar (PAE).

**2 – PLANEJAMENTO**

Essa CGM procedeu análise em relação as respostas ofertadas pela municipalidade relativo ao IEGM – I-Educação – base de dados 2018, o qual gerou o Relatório de Auditoria n. 05/2019, gerando recomendações para área de planejamento.

**RECOMENDAÇÕES**

* Que se estruture administrativamente a área voltada para planejamento;
* Que os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade não tenham dedicação exclusiva para essa matéria;
* Que a administração faça uso de sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento;
* Que o pessoal da área do planejamento municipal envide esforços para fazer os levantamentos formais necessários para mensuração dos problemas, necessidades e/ou deficiências do município. Tais levantamentos servirão de base para o planejamento das futuras ações;
* Que o pessoal da área do planejamento municipal nas próximas coletas de sugestões pela internet formule glossário para a população explicando os objetivos e como contribuir, em linguagem clara, simples e de fácil compreensão;
* Que o pessoal da área do planejamento municipal proceda com o acompanhamento da execução do planejamento, mensurando assim quais programas/atividades estão dentro da adequação, quais estão com baixo índice de adequação e que porventura não precisam estar inserido no planejamento pro ano posterior. O monitoramento da execução orçamentária não serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias; e
* Que o pessoal da área de planejamento envide esforços para que haja no mínimo a publicação quadrimestral no sítio do portal da transparência com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados.

**3 - RPPS – ORGANIZAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL – OMSS**

Essa CGM procedeu análise consubstanciada no Relatório de Avaliação dos Controles Internos em nível de Gestão – Composição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Organização Municipal de Seguridade Social do município de Registro.

Tal situação foi verificada também pela equipe de fiscalização do TCESP nas contas daquele órgão relativo ao exercício de 2018.

Com base em elementos de conhecimento prévio sobre a unidade auditada e ainda, considerando o **Processo Especial de Auditoria (PEA)**, o qual consiste em exames necessários devido a ocorrências imprevistas ou anormais, ou quando solicitado pelos órgãos e interessados, ou quando verificado a sua necessidade pela Controladoria-Geral, em síntese apresenta-se as recomendações quanto ao resultado dos trabalhos de avaliação dos controles internos.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Que se recomponha os membros do Conselho de Administração, sendo os Conselheiros Caterine Costa Pereira, José Bojczuk e Célia Colaço Pinto, pois, os mesmos não atendem o requisito do inc. III, da Lei Federal n. 9.717/98 e suas alterações, e os Conselheiros César Brito e Tânia Regina Guimarães Muniz não atendem os inc. III e IV, da supracitada lei.

### Os referidos membros do Conselho possuem experiência profissional e conhecimento técnicos, incompatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão.

Para tanto, deve-se verificar se os seus suplentes atendem as exigências mínimas da lei, e se for satisfeito as exigências legais, convocá-los para assumir os respectivos cargos em detrimento aos titulares. Se mesmo assim, os suplentes não atenderem os requisitos da lei, recomendo, que se convoquem os próximos eleitos da lista, no caso, do processo eleitoral e em sendo indicações do Poder Executivo, que se solicitem novas indicações dentro dos requisitos legais. E se mesmo assim, depois de tais procedimentos, não haverem eleitos que satisfaçam os requisitos legais, recomendo também que se proceda nova eleição nos termos do § 9°, do art. 42, da Lei Municipal n. 239/2001.

*§ 9º Se a vacância for simultânea de um Conselheiro e seu respectivo suplente, a qualquer tempo de gestão, será convocada nova eleição, destinada a recompor o Conselho e completar o mandato.*

*I - A convocação para nova eleição deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias;*

*II - A eleição realizar-se-á em até 60 (sessenta) dias da convocação.*

1. Que se recomponha os membros do Conselho Fiscal, as Conselheiras Jânia Maria de Almeida e Rosangela Gomes, que não atendem o requisito do inc. III e o Conselheiro Adailton Souza Ferreira não atende o IV da Lei Federal n. 9.717/98 e suas alterações.

Para tanto, deve-se verificar se os seus suplentes atendem as exigências mínimas da lei, e se sim for satisfeito, convocá-los para assumir os respectivos cargos em detrimento aos titulares. Se mesmo assim, os suplentes não atenderem os requisitos da lei, recomendo, que se convoquem os próximos eleitos da lista, no caso, do processo eleitoral dentro dos requisitos legais. Se mesmo assim, depois de tais procedimentos, não haverem eleitos que satisfaçam os requisitos legais, recomendo também que se proceda nova eleição nos termos do § 9°, dos artigos 45, da Lei Municipal n. 239/2001.

*§ 9º Se a vacância for simultânea de um Conselheiro e seu respectivo suplente, a qualquer tempo de gestão, será convocada nova eleição, destinada a recompor o Conselho e completar o mandato.*

*I - A convocação para nova eleição deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias;*

*II - A eleição realizar-se-á em até 60 (sessenta) dias da convocação.*

**c)** Que se alterem os § 3º, dos artigos 42 e 45 da Lei n. 239/2001, onde se exigem requisitos mínimos para participar do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Organização Municipal de Seguridade Social do município de Registro, para se coadunar com a Lei Federal n. 9.717/98 e suas alterações;

|  |
| --- |
| XIV – PRECATÓRIOS |

Em 03/07/2018 chegou Ofício n. 24810/2018 do TJSP – DEPRE – Processo DEPRE nº 9000263-09.2015.8.26.0500/03, informando que para o corrente exercício o Mapa de Precatórios correspondia ao valor de R$ 540.482,04 atualizado até 26/06/2018, informou ainda que existia saldo remanescente na conta vinculada à DEPRE no valor de R$ 98.361,65.

O rol de credores dos precatórios devido pela municipalidade está composta conforme dados abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Processo DEPRE | Nº Ordem | Credor | Saldo |
| 0080930-04.2016.8.26.0500 | 1/2018 | Denilson de Jesus Oliveira | 26.975,61 |
| 0117968-50.2016.8.26.0500 | 2/2018 | Selma Pereira | 12.644,72 |
| 0025032-69.2017.8.26.0500 | 3/2018 | Lina Akiko Nagima | 29.530,84 |
| 0081700-94.2016.8.26.0500 | 1/2018 | Lauro dos Santos Pereira | 425.535,12 |
| 0117970-20.2016.26.0500 | 2/2018 | C. Wolpert Paisagismo | 10.196,83 |
| 0117972-87.2016.8.26.0500 | 3/2018 | Carlos Ogawa | 10.667,25 |
| 0034696-27.2017.8.26.0500 | 4/2018 | Amilton Baia | 24.931,67 |
| Total |  | **7** | **540.482,04** |

|  |
| --- |
| XV – FROTA MUNICIPAL |

Os gastos elevados com manutenção de veículos já foram motivo de apontamento no relatório de Acompanhamento do 3º Quadrimestre/2018 da prefeitura.

Segundo informações fornecidas pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, atualmente o município dispõe de 168 veículos, entre eles carros de passeios, carros utilitários, vans, caminhões e máquinas.

Essa CGM solicitou a Secretaria de Infraestrutura Urbana levantamento dos valores gastos com as manutenções dos veículos municipais relativos ao ano de 2019 (janeiro a agosto), os quais foram encaminhados pelo Setor competente daquela pasta.

O total gasto com manutenção de todos os veículos da frota municipal, de janeiro a agosto de 2019 foi de R$ 956.031,84. Em 16 veículos que mais causaram despesas gastou-se o equivalente a R$ 284.948,78.

Com 16 veículos da frota municipal, ou seja, 9,52% da frota, gastou-se o percentual de 32,62%. Nesse contexto tem-se a visão que apenas 16 veículos da frota são responsáveis por quase 1/3 dos gastos totais com manutenção. Isso só levando em conta o exercício de 2019 até o mês de agosto.

A fim de melhor demonstrar tal situação, trazemos na tabela abaixo, as informações de alguns veículos selecionados:







Se formos fazer uma análise utilizando com base de dados nos três últimos anos (2017/2018/2019), verifica-se que 94 veículos estão com gastos muito altos, levando em consideração o seu valor venal.

De acordo com os dados trazidos a baila e demonstrado acima, nota-se que existem gastos com veículos que superam o valor venal do veículo em mais de 200% e 300% em alguns veículos da frota.

Do verificado constatamos que a municipalidade não possui um controle ou sistema que avalie o custo-benefício das manutenções realizadas nos veículos da frota. Onde antes de autorizada a realização da manutenção, os seguintes pontos teriam que ser considerados: quais os serviços que serão realizados, os custos desses serviços, a condição dos veículos, e o valor de mercado desses bens.

Deste modo, consideramos que a municipalidade poderia adotar um calendário de manutenção preventiva da frota, assim como, realizar controles e acompanhamentos mensais deste tipo de despesa, para redução de gastos e análise do custo-benefício.

Com este tipo de controle, a municipalidade teria informações para decidir quais providências seriam tomadas em relação aos veículos: a autorização ou não para realização dos consertos, a baixa do veículo e o consequente leilão, a realização de licitação para compra de veículos novos ou para locação, dentre outras medidas a serem adotadas.

Entendemos, portanto, que a municipalidade não está avaliando qual a melhor opção de investimento, ou seja, o custo-benefício na realização da manutenção, em violação aos Princípios da Economicidade, Eficiência, Razoabilidade e ao disposto no § 3º do artigo 50 da LRF, que assim preconiza:

*Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:*

*§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.*

Assim como, uma vez que a prefeitura não instituiu um sistema de informação de custos, também, contraria o que dispõe a Resolução CFC n°. 1366/11, de 25/11/11.

|  |
| --- |
| XVI - APONTAMENTOS DO TCESP |

Outros pontos que merecem destaque e atenção da administração são em relação aos apontamentos do Egrégio TCESP nas contas do exercício de 2017 e 2018, os quais transcrevo abaixo, ficando a título de recomendações as Secretarias gestoras responsáveis.

As contas de 2017 obtiveram parecer favorável, no entanto, o TCESP deixou salientado e determinado à adoção de medidas corretivas quanto as recomendações insculpidas no relatório das contas as quais seguem abaixo.

Essa CGM já inseriu os itens apontados no mapeamento de riscos e que serão alvos de análise e acompanhamento no decorrer dos exercícios seguintes.

**1 - APONTAMENTO DAS CONTAS DE 2017**

**CONTROLE INTERNO –** falta de informações acerca das ações realizadas para sanar os apontamentos relativos ao 3º quadrimestre.

**ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES –** divergência entre a LDO e a LOA quanto ao percentual autorizado; realização de transposição, remanejamento ou transferência sem prévia autorização legislativa.

**OUVIDORIA MUNICIPAL –** falta de atendimento integral das observações contidas na Nota Interativa SDG nº 29/2017 do Tribunal.

**IEG-M – I-PLANEJAMENTO – ÍNDICE C+ –** estrutura potencialmente carente.

**IEG-M – I-FISCAL –** apontamentos que denotam comprometimento da efetividade dos serviços prestados.

**FISCALIZAÇÕES ORDENADAS (GESTÃO DA FROTA, MANUTENÇÃO E ALMOXARIFADO) –** apontamentos diversos pendentes de providências.

**DÍVIDA ATIVA –** divergência entre o saldo final da Dívida Ativa em 31/12/2016, demonstrado no Balanço Patrimonial (a maior em R$ 157.325,61), e o montante contabilizado nos documentos da Prefeitura; divergência entre o saldo final da Dívida Ativa em 31/12/2017 demonstrado no Balanço Patrimonial (a menor em R$ 1.388.906,63) e o montante contabilizado nos documentos da Prefeitura.

**ILUMINAÇÃO PÚBLICA –** falta de realização da discriminação detalhada dos ativos da Iluminação Pública para a necessária incorporação patrimonial.

**DIVERGÊNCIA DO SALDO BANCÁRIO (CONTA FUNDEB) –** saldo a menor de R$ 263.316,43, em 31/12/2017, nas contas bancárias em que são depositados os recursos do FUNDEB.

**IEG-M – I-EDUC – ÍNDICE B+ -** aumento de 31% na demanda não atendida de vagas nas creches municipais entre o 1º e o 3º Quadrimestre de 2017; falta do cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (universalização da educação infantil na pré-escola até o exercício de 2016).

**FISCALIZAÇÃO ORDENADA (TRANSPORTE ESCOLAR) –** apontamentos diversos pendentes de providências.

**APROVAÇÃO DAS CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –** o Conselho Municipal de Educação não aprovou as contas daSecretaria Municipal de Educação, referentes aos exercícios de 2016 e 2017; aLei Municipal nº 189/1996, que criou o Conselho Municipal de Educação, nãoestabeleceu competência para o mesmo aprovar as contas da SecretariaMunicipal de Educação.

**IEG-M – I-SAÚDE – ÍNDICE B –** apontamentos que denotam a necessidade de providências corretivas a fim de melhorar a prestação dos serviços à população.

**FISCALIZAÇÃO ORDENADA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA) -** apontamentos diversos pendentes de providências.

**ALMOXARIFADO DA SAÚDE – ADMINISTRATIVO E DE MEDICAMENTOS -** apontamentos diversos pendentes de providências (fl. 55 do Relatório deFiscalização).

**IEG-M – I-AMBIENTAL –** ausência de várias ações e medidas que promovam o uso racional dos recursos naturais (fls. 55 e 56 do Relatório de Fiscalização).

**ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL –** exigências editalícias em processos licitatórios que afrontam às Súmulas do Tribunal, mais especificamente de Atestados de Desempenho Anterior e de Capacidade Técnica Profissional.

**FISCALIZAÇÃO ORDENADA (GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS)** – falta unidade de triagem ou compostagem, tratamento dosresíduos antes do aterramento e constituição do Conselho de ResíduosSólidos; falta de licença de operação da CETESB para área de aterro eaprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das AtividadesAgrossilvapastoris; existem pontos “viciados” de descarte de entulho deconhecimento do Poder Público; aplicação de multa pela CETESB.

**IEG-M – I-CIDADE – ÍNDICE B -** apontamentos diversos pendentes de providências.

**FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP –** inconsistências nas informações transmitidas, especificamente nos itens“Dívida Ativa” e “Demais Aspectos sobre Recursos Humanos”.

**IEG-M – I-GOV-TI – ÍNDICE B -** estrutura potencialmente carente.

**DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E EXPEDIENTES –** denúncia encaminhada por meio da Ouvidoria do Tribunal, informando que a Gestão Pública Municipal continua realizando a contratação de mão de obra “terceirizada” para exercer atividades que deveriam ser desempenhadas por servidores efetivos da Prefeitura.

**ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL** – inobservância às Recomendações desta E. Corte.

**2 - APONTAMENTO DAS CONTAS DE 2018**

**A.2.2. REMANEJAMENTO, TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS**

* Divergência entre o montante de “*remanejamentos, transposições e transferências*” informado pela prefeitura e o valor contabilizado no sistema Audesp;
* A lei orçamentária anual não deve conter autorização genérica para o remanejamento de recursos orçamentários, conforme veda o art. 165, § 8º, da

Constituição Federal, devendo ser editada outra lei para dispor a respeito do tema.

**A.2.3. IEG-M (I-PLANEJAMENTO) – Índice Municipal do Planejamento**

* Não há estrutura administrativa voltada para planejamento. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* A estrutura de planejamento não foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento). Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade não têm dedicação exclusiva para essa matéria. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis, em parte dos apontamentos. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* Não há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento, o que pode dificultar o gestor no momento da elaboração das peças. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* Além das audiências públicas, não há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6, 16.7 e 17.17;
* Na coleta pela Internet não há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6;
* Não há margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.17;
* As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate;
* Não há acompanhamento da execução do planejamento. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.07;
* Não foi observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade vigentes, conforme LF nº 13.146/15. Impactando o alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7;
* As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto, contrariando o art.167 da CF.

**B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS**

* Diversos Agentes Políticos *(prefeito, secretários municipais e chefe de gabinete)* não entregaram declaração de bens no exercício, descumprindo o que determina o § 2º, artigo 13, da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

**B.2. IEG-M (I-FISCAL) – Índice B**

**B.2. IEG-M (I-FISCAL) – Índice Municipal de Gestão Fiscal**

* A lei orçamentária ou código tributário municipal não preveem a revisão periódica obrigatória da planta genérica de valores (PGV). Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Não há fiscalização automatizada periódica para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISS. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Na cobrança de IPTU não são adotadas alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel como permite o art. 156 da CF. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O município não estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel, conforme Súmula 656 – STF. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Não há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa conforme estabelece a Lei nº 6.830/80. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O Município não assumiu os ativos da iluminação pública. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.7, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O Município não executa diretamente os serviços relacionados à iluminação pública. Impactando o alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.7, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

**B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE**

**B.3.1. DÍVIDA ATIVA**

* Divergência dos saldos da Dívida Ativa em 31/12/2017 e 31/12/2018 nos documentos apresentados pela prefeitura;
* Os saldos da Dívida Ativa em 31/12/2017 e 31/12/2018 nos documentos apresentados pela prefeitura não coincidem com os montantes informados no Balanço Patrimonial inserido no Sistema Audesp;
* Percentual excessivamente elevado de 82% estabelecido pela prefeitura como “Ajustes para perdas da Dívida Ativa”;
* A metodologia adotada pela prefeitura para contabilização dos “Ajustes para perdas da Dívida Ativa” pode não ser a mais adequada;
* Necessidade da realização de trabalho de classificação das dívidas ativas existentes em critérios de “Baixa”, “Média” e “Alta” dificuldade de recuperação, tornando o montante da provisão de perdas, mais próximo à realidade;
* A provisão de perdas de 82% distorce as demonstrações contábeis, e, transmite uma ideia de inadimplência muito acima do que a sociedade espera;
* Redução de 36,69% nos recebimentos da divida entre os exercícios de 2017 e 2018;
* A prefeitura deve realizar um trabalho mais efetivo de cobrança da Dívida Ativa;
* A prefeitura não atendeu à Requisição de documentos acerca dos maiores inscritos na Dívida Ativa, bem como, as ações realizadas para a cobrança da dívida, e, também, se a há algum planejamento/ações para aumentar os recebimentos da Dívida Ativa;
* Não foram demonstrados efetivamente pela prefeitura os controles, critérios e formas de cobrança da Dívida Ativa;
* A não adoção de procedimentos de controle e cobrança da dívida ativa do Município caracteriza negligência na arrecadação de recursos públicos (renda) e falta de conservação do patrimônio público, no caso o próprio erário, bem como concorre para o enriquecimento ilícito de terceiros (devedores que não são cobrados), e pode caracterizar improbidade administrativa.

**B.3.2. BENS PATRIMONIAIS**

**B.3.2.1. DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA**

* Gastos elevados com manutenção de veículos;
* Diversos veículos apresentaram gastos com manutenção, entre janeiro de 2017 e novembro de 2018, em montante superior ao próprio valor do bem, sendo que em alguns veículos estas despesas superaram em 200% o seu valor;
* A prefeitura não possui sistema que avalie o custo-benefício das manutenções realizadas nos veículos da frota;
* A prefeitura não possui calendário de manutenção preventiva da frota;
* A prefeitura não avaliou qual a melhor opção de investimento, ou seja, o custo-benefício na realização da manutenção, em violação aos Princípios da Economicidade, Eficiência, Razoabilidade;
* A prefeitura não possui sistema de custos que permita avaliar as manutenções realizadas na frota, contrariando o disposto no § 3º do artigo 50 da LRF, assim como, o que determina a Resolução CFC n°. 1366/11, de 25/11/11.

**B.3.2.2. VEÍCULOS DA FROTA PARADOS (SEM USO)**

* Há 12 veículos da frota municipal que se encontram parados e sem uso ao final do exercício;
* Dentre os veículos parados, há 4 (quatro) que tiveram elevados gastos com manutenção no exercício, contudo, permanecem parados e sem uso;
* Descumprimento dos Princípios da Economicidade, Eficiência e Razoabilidade;
* Falta de zelo no trato do patrimônio e dos recursos públicos relativos à frota municipal.

**B.3.3. TESOURARIA**

* Divergências entre os saldos das contas nos extratos bancários e os saldos informados no sistema Audesp;
* Ocorrência de pendências nas conciliações bancárias com data superior a 180 dias;
* Extrato bancário de conta da prefeitura não encaminhado;
* Conta bancária da prefeitura não informada ao Sistema Audesp.

**B.3.3. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS**

*(Obs.: Esses apontamentos constam no Relatório do 2º Quadrimestre/2018, item B.3.3).*

* Não atendimento ao disposto no Artigo 7º, §2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93;
* Ausência de aplicação de qualquer índice de reajuste no valor licitado para cessão de folha de pagamento da prefeitura em licitação realizada em 2018, sendo considerado como referência o mesmo valor recebido em licitação realizada no exercício de 2013.

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL**

* Percentual de 24,86% de aplicação de recursos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino, não atendendo ao mínimo de 25% exigido no art. 212 da Constituição Federal;
* Contabilização de despesas com inativos nos mínimos constitucionais do ensino, relativas à “Aporte para cobertura de déficit atuarial dos RPPS”, contrariando a legislação e a jurisprudência desta Corte de Contas;
* Saldo em 31/01/2019 de Restos a Pagar não pago relativo a recursos próprios da educação;
* Não foi utilizada a totalidade da parcela diferida do FUNDEB no 1º trimestre do exercício seguinte, não atendendo o disposto no § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

**C.1.1. DIVERGÊNCIA NO SALDO BANCÁRIO (CONTA FUNDEB)**

* Em 31/12/2018 havia um saldo a menor nas contas bancárias em que são depositados os recursos do FUNDEB.

**C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B**

**C.2.1. DEMANDA NÃO ATENDIDA DE VAGAS NAS CRECHES MUNICIPAIS**

* A prefeitura não cumpriu com o previsto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (universalização, até o exercício de 2016, da educação infantil na pré-escola);
* Demanda não atendida de 300 vagas nas creches municipais ao final do exercício.

**C.2.2 IEG-M (I-EDUCAÇÃO) – Índice Municipal da Educação**

* O município não realizou pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2018. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 17.18 e 4.2, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, dificulta o atingimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação;
* O município não realizou pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2018. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 17.18 e 4.1, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, dificulta o atingimento da Meta 2 do Plano Nacional de Educação;
* Houve despesas em subfunções relativas ao ensino médio, superior e/ou profissional no município, enquanto ainda há crianças de 0 a 3 anos fora da creche. Em contraposição ao estabelecido no art. 11, inciso V da LDB;
* Nenhum dos alunos de **pré-escola** concluiu o ano letivo em período integral durante o exercício de 2018. Dificultando o atingimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação;
* Nenhum dos alunos dos **Anos Iniciais** concluiu o ano letivo em período integral durante o exercício de 2018. Dificultando o atingimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação;
* O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
* O município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com menos de 1,875 m2 por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer nº 08/2010;
* Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.a, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Apenas 20% das escolas da rede municipal possuem bibliotecas ou salas de leitura, descumprindo o que determina a lei nº 12.244/10;
* Nenhum estabelecimento de ensino de **pré-escola** estava funcionando em período integral durante o exercício de 2018. Dificultando o atingimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação;
* Nenhum estabelecimento de ensino dos **Anos Iniciais** do Ensino Fundamental estava funcionando em período integral durante o exercício de 2018. Dificultando o atingimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação;
* Nem todas as escolas dos **Anos Iniciais** do Ensino Fundamental estão adaptadas para receber crianças com deficiência. Contrariando o que prevê a CF, art. 227 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.5, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todas as escolas dos **Anos Iniciais** do Ensino Fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m), dificultando no atingimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação;
* Em dezembro de 2018 havia 15 unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.). Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.a, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2018. Contrariando o Decreto nº 56.819/2011 e a Lei nº 6.437/77, e impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.a, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Não existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais). Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.c, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.c, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. E contrariando o instituído no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional) e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação;
* O plano de cargos e salários não estimula a boa qualidade e a assiduidade dos professores, com avaliação de desempenho e mecanismo de premiação para os melhores resultados (implantação de um regime meritocrático). Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4.c, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. E contrariando o disposto no art. 206, inciso V, da CF, na lei nº 9.394/96, na lei nº 11.494/07 e na meta 18 do PNE;
* O Conselho Municipal de Educação não aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6, 16.7, 17.17, 17.18 e 4, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

**C.2.3. IV FISCALIZAÇÃO ORDENADA** *(Transporte Escolar)*

* A Prefeitura não possui relação dos alunos que requereram o transporte escolar no ano de 2018;
* A Prefeitura não tem registro do tempo gasto nas viagens dos veículos do transporte escolar;
* Os veículos da frota própria não foram submetidos à inspeção semestral junto à CIRETRAN (ou credenciada), observado o local de registro do veículo, para verificação dos equipamentos obrigatórios, de acordo com o final da placa;
* Não existem dados individualizados dos veículos de frota terceirizada utilizados no transporte escolar contendo as informações das manutenções realizadas;
* Não existe controle de combustível da frota terceirizada;
* Os condutores cometeram alguma infração grave ou gravíssima ou são reincidentes em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
* Os condutores não apresentaram certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores dentro do prazo de validade (deve ser renovada a cada 05 anos);
* Não há pintura de faixa horizontal na cor amarela, a meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria com o dístico ESCOLAR, compatível com as especificações da Portaria DETRAN nº 1310/2014;
* No veículo inspecionado não havia cintos de segurança em boas condições de uso e em número igual à lotação;
* Havia alunos transportados sem uso dos cintos de segurança;
* No veículo inspecionado não havia extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico, com capacidade de acordo com o veículo, fixado na parte dianteira do compartimento destinado a passageiros, dentro do prazo da validade.

**D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B**

**D.2.1. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

* O Conselho Municipal de Saúde não emitiu parecer quanto à “prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde relativa ao 3º Quadrimestre de 2018”.

**D.2.2. IEG-M (I-SAÚDE) – Índice Municipal da Saúde**

* Não existe controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.18, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O número de equipes de Saúde Bucal não cobre 100% da população do município. Tal assunto consta no indicador 19 da Resolução CIT nº 08/2016;
* Nem todas as equipes de Saúde da Família contam com médicos;
* Nem todas as unidades de saúde possuem gestão de estoque informatizada dos materiais/insumos e medicamentos. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.8, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.7, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Bem como, o que determina o Decreto nº 56.819/2011 e Lei nº 6.437/77;
* 21 unidades de saúde necessitavam de reparos em dezembro de 2018 (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.). Impactando alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.7, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O município não implantou o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus). Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.8, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* A cobertura da Vacina Pentavalente (3ª dose) foi inferior a 100%; a cobertura da Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose) foi inferior a 100%; a cobertura da Vacina Poliomielite (3ª dose) foi inferior a 100%; a cobertura da Vacina Tríplice Viral (1ª dose) foi inferior a 100%. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.8, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, consta do indicador 3 da Resolução CIT nº 08/2016;
* O município informou que a cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos foi de 92,11%, portanto, inferior a 100%. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.8, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.3, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, consta do indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016;
* O município não identifica nem mantém registro atualizado dos pacientes de Obesidade;
* O município não disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBS’s de forma não presencial. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3.8, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Não há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 17.18, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O município não possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

**D.2.3. IV FISCALIZAÇÃO ORDENADA** *(Almoxarifado da Saúde - Medicamentos)*

* Não existem extintores de incêndio no ambiente;
* O prédio não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
* Não existe fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores no caso de falta de energia elétrica.

**D.2.4. EXECUÇÃO CONTRATUAL (OBRA PARALISADA)** (UBS Bairro Capinzal)

* Convênio celebrado inicialmente em 12/06/2012, para construção de Unidade Básica de Saúde, foi renovado ao longo dos anos, contudo, a obra ainda não foi concluída;
* Requisição de documentos solicitando cópia do convênio celebrado não foi atendida pela prefeitura municipal;
* Divergência entre informações que constam no Sistema Audesp, a primeira de que a obra está concluída e a segunda de que a obra está paralisada;
* Contrato para construção da Unidade de Saúde foi encerrado, sem a conclusão da obra, em decorrência de atos omissivos da prefeitura na gestão do contrato;
* Obra da Unidade de Saúde – Capinzal iniciada há cerca de 7 anos, contudo, encontra-se paralisada e abandonada;
* Local da obra tornou-se local de “ponto de venda e consumo de drogas”;
* Ausência de grades nas janelas da obra, para evitar invasões;
* Ausência de poço artesiano e instalação de energia elétrica no local da obra, demonstrando falta de planejamento por parte da prefeitura;
* Empresas contratadas para execução da obra necessitam solicitar a moradores locais água e energia elétrica para utilização na obra;
* Nova licitação realizada para continuação do contrato encerrado pela prefeitura, com o valor de R$ 17.143,47 superior ao anterior, ou 9,16%.

**D.2.5. VISITA À UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA – CAPINZAL**

* Apenas 1 (um) banheiro é disponibilizado para os usuários da unidade de saúde, portanto, homens, mulheres e crianças utilizam o mesmo banheiro;
* O único sanitário disponibilizado para os usuários, também, é utilizado como depósito de documentos, equipamentos e demais materiais, devido à falta de espaço na unidade de saúde;
* A sala de vacinação foi adaptada em um banheiro desativado, contudo, não há o mínimo espaço necessário para os profissionais de saúde atuarem, ou espaço para que uma criança seja deitada ou os pais possam segurá-la adequadamente para a aplicação da medicação;
* O banheiro disponível para os funcionários da unidade de saúde está com vazamento;
* O consultório médico apresenta vazamentos, paredes úmidas e mofo;
* No consultório médico não há espaço adequado para que os profissionais de saúde realizem os exames necessários, a cama onde são realizados exames, como por exemplo, “papanicolau”, está junto com a balança de pesagem de crianças, ou seja, não há a mínima condição de realização de um exame adequado;
* Na unidade de saúde não há espaço ou local adequado para o armazenamento dos equipamentos e materiais utilizados nos procedimentos;
* Não há no local um depósito de lixo adequado, verificamos que o armazenamento do lixo infectante é realizado em um latão que fica do lado de fora da unidade de saúde, contudo, sem qualquer proteção;
* Constatamos que uma das caixas d´água existentes no local, está com as paredes internas muito sujas, o que prejudica a qualidade da água, e a torna imprópria para o consumo humano, bem como, o local em que a caixa d´água se encontra não é adequado;
* Os equipamentos de ar condicionado da unidade estão em situação precária de conservação;
* As instalações elétricas da unidade de saúde estão em péssimas condições de conservação;
* A falta de espaço na unidade torna as condições de trabalho muito ruins, onde o funcionário não tem espaço para se mexer, ficando sentado junto aos arquivos de prontuários.

**D.2.6. DEMANDA REPRIMIDA DE CONSULTA E EXAMES**

* A “Demanda reprimida de especialidades (consultas)” apresenta 2.444 pacientes aguardando consultas em fila de espera;
* Elevado número de pacientes aguardando consulta “básicas” como: Dermatologia (468 pacientes), Oftalmologia (241 pacientes), Ortopedia (308 pacientes), Otorrinolaringologia (289 pacientes) e Psiquiatria (198 pacientes);
* A “Demanda reprimida de exames” apresenta 3.521 pacientes na fila de espera aguardando pela realização de exames;
* Elevado número de pacientes aguardando na fila para realização de exames como: Mamografia de Rastreamento (819 pacientes), US Abdome (518 pacientes), US Articulação (344 pacientes), US Mama (226 pacientes) e US Transvaginal (683 pacientes);
* O tempo de espera para realização das consultas é extremamente elevado chegando a 1 ano em diversos casos;
* No caso da consulta para “Planejamento Familiar” o tempo de espera para realização chega a 1 ano e 11 meses;
* O tempo de espera para realização dos exames é extremamente elevado

chegando a 10 meses ou 1 ano em diversos casos;

* No caso do exame de “Dopller venoso e arterial” o tempo de espera para realização chega a 2 anos e 3 meses.

**E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B**

**E.1.1 IEG-M (I-AMBIENTAL) – Índice Municipal do Meio-Ambiente**

* Nem toda a população do município é abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada, que é um produto importante e essencial para a vida humana. Impactando no alcance da meta proposta pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6.1, estabelecido pela Agenda 2030 entre países membros da ONU, assim como, no que dispõe a Lei nº 9.433/97;
* Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 6.4 e 6.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, assim como, no que dispõe a Lei nº 9.433/97;
* Não existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 6.4 e 6.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, assim como, no que dispõe a Lei nº 9.433/97;
* Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizam programa ou ação de educação ambiental. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 4.7, 12.8 e 13.3, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, assim como, no que preconiza a Lei nº 9.795/99;
* O município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa CONSEMA 01/2014. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 6, 7, 13, 14, 15, 17.16 e 17.17, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todos da prefeitura participaram de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares. Infringindo o abordado na Lei nº 12.608/12 e no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030;
* Há catadores de materiais recicláveis no aterro municipal. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.6, 12.4 e 12.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, assim como, infringe a Lei nº 12.305/10, em seu Art. 48, inciso II;
* Não existe licença de operação da CETESB para a área de aterro. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.6 e 12.4, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países membros da ONU, assim como, no que determina o Decreto Estadual nº 47.400/2002;
* Antes de aterrar o lixo, o município não realiza nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.6, 12.4 e 12.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todos os domicílios existentes no município foram atendidos pela coleta seletiva. Impactando no alcance da meta proposta pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 12.5, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* A prefeitura não possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil elaborado e implantado de acordo com a resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.6, 12.4 e 12.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* A prefeitura informou que o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil está em fase de elaboração. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.6, 12.4 e 12.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todos os órgãos e entidades da prefeitura são estimulados em projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 12.5 e 12.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, assim como, no que determina as leis nº 9.433/97 e 12.305/10.

**F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice B**

**F.1.1 IEG-M (I-CIDADE) – Índice Municipal de Proteção ao Cidadão**

* O município não utiliza nenhuma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.b e 11.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* O município não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.b e 11.5, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, no que determina a Lei nº 12.608/12 sobre Política de Proteção e Defesa Civil, em seu artigo 9º;
* O município possui Plano de Mobilidade Urbana e o orçamento realizado foi inferior ao previsto. Impactando no alcance da meta proposta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Houve 12 mortes por acidente de trânsito no município no ano de 2018. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Houve 12 acidentes de trânsito no município no ano de 2018. Impactando no alcance das metas propostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2, estabelecido pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Nem todas as vias públicas no município tem manutenção adequada.

**G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice B**

**G.3.1 IEG-M (I-GOV TI) – Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação**

* Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, não existe métrica utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo). Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 17.7 e 17.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* A prefeitura não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI. Impactando no alcance das metas propostas pelo(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável nº 17.8, estabelecido(s) pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim com, contraria o disposto no art.39, §2, da Constituição Federal;
* A prefeitura municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável nº 16.6, 16.7, 17.7 e 17.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

* A prefeitura municipal não possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 16.7, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* Os dados da Dívida Ativa são armazenados de forma eletrônica, mas não há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 17.8, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;
* A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas;
* Não há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor, e, se for o caso, o tipo da licitação realizada. Impactando no alcance das metas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16.6 e 17.17, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Assim como, contraria o disposto no art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº101/2000).

**H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

* Não atendimento às recomendações deste Tribunal de Contas.

Essa Controladoria Municipal está acompanhando de perto todos os fatores preponderantes e passiveis de rejeição de contas, emitindo alertas e comunicados aos setores responsáveis.

|  |
| --- |
| XVII – PROVIDÊNCIAS COM RELAÇÃO A APONTAMENTOS ANTERIORES |

Considerando a necessidade de apurar se a municipalidade toma providências com relação ao que a Controladoria Geral do Município – CGM aponta em

seus RCI’s e respectivos apartados, bem como em seus pareceres, seguem os resultados dos levantamentos acerca das providências tomadas a respeito dos apontamentos e recomendações exarados.

**A – SITUAÇÕES QUE NECESSITAVAM DE ADEQUAÇÃO**

Segue análise das medidas tomadas em relação aos apontamentos anteriores que necessitavam de medidas corretivas ou de melhoria.

**A.1 – Déficit de arrecadação**

No 1° quadrimestre havia um déficit de arrecadação no valor de R$ **- 5.578.925,37**, contudo, no quadrimestre em análise verificamos que a situação piorou, o déficit se elevou o para o montante de R$ **‑15.281.034,89**. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior.

**A.2 – Déficit Orçamentário**

No 1° quadrimestre havia um déficit orçamentário no valor de R$ **- 27.603.956,46**, no período em análise houve retração no déficit orçamentário para o valor de R$ **‑19.126.345,73**. Contudo, o déficit ainda se encontra em elevado patamar. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

**A.3 – Aplicação no Ensino**

Na análise do 1° quadrimestre, verifica‑se com base na despesa liquidada, que o Município apresentava percentual de aplicação de 19,79%. Com base na análise do 2° quadrimestre o percentual de aplicação teve aumento, contudo, o percentual estava em 23,52% até o período em análise, situação essa ainda desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

**A.4 – Aplicação no FUNDEB**

No 1° quadrimestre o município não havia atendido a aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais do Magistério (60%), já nesse quadrimestre houve atendimento com a aplicação de 74,18% em despesas efetivamente pagas. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

Dos 95% obrigatórios na aplicação com a despesa efetivamente paga com os recursos que foram recebidos no exercício, no 1° quadrimestre o Município havia aplicado 77,69%. No 2° quadrimestre houve elevação para 90,72%, contudo, ainda nota-se, que o total da despesa paga no período em análise, **NÃO atende** ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

Já em relação à divergência encontrada nos recursos do Fundeb, no 1° quadrimestre havia uma diferença de R**$ -37.148,07**. No quadrimestre em análise ainda persiste a diferença, sendo o valor de R**$ -9.505,96.** Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

**A.5 – AVCB**

No período em análise nos foi informado que várias unidades de Saúde e várias unidades de Ensino não tem o alvará de vistoria do Corpo de Bombeiros. Panorama não alterado, em relação ao que ficou constatado no RCI anterior;

**A.6 – Frota**

Ainda persistem os altos gastos com a manutenção dos veículos da frota municipal, conforme já informado no relatório do 3° quadrimestre de 2018 e demonstrado também nesse quadrimestre.

|  |
| --- |
| XVIII – EXPEDIENTE DA CONTROLADORIA |

No período abordado por esse relatório a Controladoria executou suas funções institucionais e deu expediente regularmente, exarando pareceres e despachos em processos administrativos, efetuando os levantados de informações para análise e exame de controle de procedimentos, índices, resultados e performances da atual gestão.

Também foram efetuados atendimentos presenciais a outros setores e reuniões diversas, tanto na Controladoria Geral como em outros setores.

A Controladoria também continuou participando, acompanhando e aconselhando a Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação em seus procedimentos.

Em 19 de setembro de 2019 a CGM se reuniu com a equipe da área financeira da Secretaria de Educação a fim de informar que no exercício de 2018 os agentes da fiscalização do TCESP apontaram que houve utilização no valor de R$ 758.239,28 a título de “Aporte para cobertura de déficit atuarial ao RPPS”. Valor esse que foi glosado, juntamente com o valor de R$ 101.421,14 (restos a pagar processados e não pagos até o dia 31/01/19). Com essas glosas o percentual passou de 25,32% para 24,86%.

|  |
| --- |
| XIX – CONCLUSÃO |

Tem por objetivo do Controle Interno do município, acompanhar e fiscalizar a Gestão Fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ações quanto à verificação de procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público.

Observada a Constituição Federal e demais normas legais que regem a administração pública, bem como as boas práticas para com a coisa pública, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

|  |
| --- |
| A – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL |

**A.1 – Resultados orçamentários**

**A.1.1 – Gestão contábil - Execução Orçamentária**

* **DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO** no montante de R$ ‑19.126.345,73;

Em relação a esse item **RECOMENDAMOS** que se proceda o contingenciamento das despesas, conforme preceito o art. 9° da Lei 101/00 (LRF).

Art. 9oSe verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

**A.1.1.1 – Análise da Execução Orçamentária**

* **DÉFICIT FINANCEIRO** no montante de R$ ‑15.281.034,89;

Em relação a esse item **RECOMENDAMOS** que se proceda o contingenciamento das despesas, conforme preceito o art. 9° da Lei 101/00 (LRF).

Art. 9oSe verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| D – APLICAÇÃO NO ENSINO |

**D.1 - Educação**

* Percentual de **23,52%** de aplicação de recursos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino (despesa liquidada), **não atendendo** ao mínimo de 25% exigido no art. 212 da Constituição Federal;

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para atingir o percentual mínimo de aplicação nos recursos do ensino, pois, o descumprimento poderá ensejar a emissão do parecer desfavorável pelo TCESP.

**D.2 – FUNDEB**

* Dos 95% obrigatórios na aplicação com a despesa efetivamente paga com os recursos que foram recebidos no exercício, o Município aplicou 90,72%. Nota-se, portanto que o total da despesa paga no período em análise, **NÃO atende** ao dispositivo do §2º, art. 21 da Lei 11.494/07.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para atingir o gasto de aplicação dos recursos do recebidos do Fundeb no corrente exercício, pois, o descumprimento poderá ensejar a emissão do parecer desfavorável pelo TCESP.

* Relativo à análise financeira do FUNDEB, constatamos que o saldo da conta do Fundeb, no período em análise, **apresenta inconsistência no valor de R$ 9.505,96**.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para corrigir as inconsistências constatadas já em vários quadrimestres e que persistiu no quadrimestre em análise.

**D.3 – SIOPE**

* Não entrega dos dados relativo ao SIOPE do 3° bimestre.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para regularizar o envio do SIOPE.

**D.4 – APORTE FINANCEIRO PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL**

* Contabilização de despesas com nos mínimos constitucionais do ensino, relativas à “Aporte para cobertura de déficit atuarial dos RPPS”, no montante de R$ 322.231.31, contrariando a legislação e a jurisprudência da Corte de Contas Paulista;

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para corrigir os gastos aqui apontados que estão sendo inseridos na aplicação dos recursos do ensino. Tal aporte não pode ser considerado na aplicação do ensino.

A inclusão de tal gasto nos recursos do ensino infringem a jurisprudência da Corte de Contas Paulista, que já efetuou a glosa dos valores dispendidos a esse título das contas de 2018 dessa municipalidade.

|  |
| --- |
| IX – TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS |

**A – Exigências legais**

* As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas), o que inibe a participação da classe trabalhadora no debate.
* Não há publicação do interior teor dos contratos administrativos, bem como, seus aditivos, descumprindo assim o art. 8°, § 1°, da lei n. 12.527/2011.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade realize suas audiências públicas em dias e horários em que a classe trabalhadora tenha a oportunidade de participar.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para publicar o inteiro teor dos contratos administrativos, bem como, de seus aditivos.

|  |
| --- |
| X – DIVIDA ATIVA |

**B – BAIXA DA DIVIDA ATIVA**

* Em muitos processos ocorreram erros processuais, quanto à correta identificação do executado, inércia do município demonstrando desinteresse processual, inércia quando da solicitação do judiciário para a correta identificação do executado e baixo valor da execução da ação.
* O cadastro da divida ativa está desatualizado o que acarreta a correta identificação do devedor e consequentemente o erro processual.
* Não foram demonstrados efetivamente pela prefeitura os controles, critérios e formas de cobrança da Dívida Ativa;
* A não adoção de procedimentos de controle e cobrança da dívida ativa do Município caracteriza negligência na arrecadação de recursos públicos (renda) e falta de conservação do patrimônio público, no caso o próprio erário, bem como concorre para o enriquecimento ilícito de terceiros (devedores que não são cobrados), e pode caracterizar improbidade administrativa.
* O Setor de Tributos não efetua a cobrança administrativa dos tributos por ela administrados, deixando somente para a cobrança na esfera jurídica. Tais cobranças são mais morosas e menos eficientes.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para corrigir os cadastros dos contribuintes, evitando erros quando da judicialização dos débitos inscritos em divida ativa, que o Setor de Tributos proceda a cobrança administrativa dos débitos tributários antes de se judicializar tais débitos, que envide esforços para que os processos não fiquem sem movimentação no Judiciário Paulista o que ocasiona a prescrição intercorrente.

**C – SALDO DA DIVIDA ATIVA**

* Os saldos da Dívida Ativa inscritos em Balanço Patrimonial e no controle do Setor de Tributos não coincidem.
* Falta de fidedignidade da informação.

**RECOMENDAMOS** que a municipalidade envide esforços para corrigir as falhas quanto à correta demonstração tanto nos dados do balanço e no Setor de Tributos. Os dados são únicos, então as informações deveriam ser as mesmas.

|  |
| --- |
| XI – RELATÓRIOS DO TCESP |

* No período em análise o TCESP emitiu alertas de notificação sobre as contas do exercício, onde os principais pontos foram em relação a situação desfavorável quanto a análise financeira (execução orçamentária), percentual de aplicação desfavorável em relação ao gasto com recursos próprios no ensino e aplicação dos recursos do Fundeb.

|  |
| --- |
| XIII – OUTROS EXAMES |

**1 – MERENDA ESCOLAR**

Essa CGM procedeu auditoria operacional no que tange a merenda escolar, os quais fez apontamentos e recomendações que se encontram no Relatório de Auditoria n. 01/2019 e uma síntese nesse RCI.

Face ao exposto, recomendamos que a Unidade Examinada deva adotar medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressalvados no relatório, as quais também constam a página 57 desse relatório.

**2 – PLANEJAMENTO**

Essa CGM procedeu análise em relação as respostas ofertadas pela municipalidade relativo ao IEGM – I-Educação – base de dados 2018, o qual gerou o Relatório de Auditoria n. 05/2019, gerando recomendações para área de planejamento.

Face ao exposto, recomendamos que a Unidade Examinada deva adotar medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressalvados no relatório, as quais também constam a página 61 desse relatório.

**3 - RPPS – ORGANIZAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL – OMSS**

Essa CGM procedeu análise consubstanciada no Relatório de Avaliação dos Controles Internos em nível de Gestão – Composição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Organização Municipal de Seguridade Social do município de Registro.

Tal situação foi verificada também pela equipe de fiscalização do TCESP nas contas daquele órgão relativo ao exercício de 2018.

Face ao exposto, recomendamos que a Unidade Examinada deva adotar medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressalvados no relatório, as quais também constam a página 62 desse relatório.

|  |
| --- |
| XV – FROTA MUNICIPAL |

Gastos elevados com manutenção de veículos. Diversos veículos apresentaram gastos com manutenção, entre janeiro de 2017 a agosto de 2019, em montante superior ao próprio valor do bem, sendo que em alguns veículos estas despesas superaram em 200% e 300% o seu valor.

Restou constatado que a municipalidade não possui um controle ou sistema que avalie o custo-benefício das manutenções realizadas nos veículos da frota.

A municipalidade também não adota um calendário de manutenção preventiva da frota, assim como, não realiza controles e acompanhamentos mensais deste tipo de despesa, para redução de gastos e análise do custo-benefício.

Entendemos, portanto, que a municipalidade está descumprindo os Princípios da Economicidade, Eficiência e Razoabilidade, pois é seu dever zelar pelo patrimônio público.

**Em relação aos alto índices dos gastos com os veículos da frota municipal RECOMENDAMOS que a municipalidade proceda estudo para fazer a troca dos veículos com alto custo com sua manutenção, ou se proceda estudo para locação de veículos para utilização nos serviços municipais.**

|  |
| --- |
| XX – ENCERRAMENTO |

O presente relatório de controle interno encerra-se, dando por concluído o trabalho de análise desta CGM sobre a gestão da Prefeitura de Registro no período em questão.

Os apontamentos presentes neste relatório não têm como finalidade única a descoberta de erros, fraudes, ou desvios, ou seja, viabilizar uma autuação repreensiva sobre os órgãos auditados. O controle interno é também meio de comunicação, prevenção e regulamentação para alcançar os resultados estabelecidos em planejamento prévio, capaz de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de maneira eficaz e atendendo os princípios que norteiam a administração pública.

Assim, com base nos objetivos institucionais esperados da Controladoria Geral do Município e certo de que esta os cumpriu neste período, envio o presente para conhecimento de Vossa Excelência e para a adoção das medidas eventualmente necessárias para as correções das eventuais falhas, ineficiências e problemas apontados por esta CGM, mas também para suas considerações acerca das aferições qualitativas e quantitativas relativas à gestão municipal até o presente momento.

Em análise aos resultados das últimas contas da Prefeitura Municipal Registro denota boa ordem, considerando que obteve, nos 04 (quatro) últimos exercícios apreciados, **PARECERES FAVORÁVEIS**, assim como à vista dos resultados consignados no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Itens** | **Exercícios** | | | |
| **2014** | **2015** | **2016** | **2017** |
| Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%) | 26,63% | 26,13% | 25,47% | 25,82% |
| FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%) | 83,31% | 81,04% | 82,17% | 76,52% |
| Recursos FUNDEB aplicados no exercício (incluindo diferimento de até 5%) | 96,68% | 97,85% | 96,73% | 99,60% |
| Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%) | 30,84% | 30,24% | 29,87% | 32,24% |
| Execução Orçamentária – Prefeitura | -4,48% | -21,78% | 1,43% | -1,36% |
| Gerenciamento de Precatórios em ordem? | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Recolhimentos previdenciários em ordem? | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Regularidade nos repasses ao Legislativo? | Sim | Sim | Sim | Sim |

**Fonte:** Relatório das Contas Anuais do Exercício de 2014 (TC-000337.026.14), Exercício de 2015 (TC-002429.026.15), Exercício de 2016 (TC-004328.989.16) e Exercício de 2017 (TC-6806.989.16-6).

É o Relatório que se submete o auto à apreciação de Vossa Senhoria.

Registro/SP, 30 de setembro de 2019.

**GEHELITON SOUZA MARTINS**

Servidor da CGM

De acordo. Homologo o presente Relatório de Controle Interno relativo a conta anual do Executivo Municipal referente ao 2° quadrimestre de 2019.

Encaminhem-se o presente relatório para ciência do chefe do Poder do Executivo Municipal.

A consideração de Vossa Excelência.

Registro, 30 de setembro de 2019.

**RICARDO FERREIRA HIRAIDE**

Controlador-Geral do Município

Atesto para os devidos fins, que tomei conhecimento do relatório emitido pela Controladoria Municipal referente ao 2° Quadrimestre de 2019.

Registro, 30 de setembro de 2019.

Ciente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**

* Prefeito Municipal –

1. Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

   I – a empresa é obrigada a:

   a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;

   b) recolher os valores arrecadados na forma da alínea a deste inciso, a contribuição a que se refere o inciso IV do caput do art. 22 desta Lei, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência;

   [...]

   § 2º Se não houver expediente bancário nas datas indicadas;

   [...]

   II – na alínea b do inciso I e nos incisos III, X e XIII do caput deste artigo, até o dia útil imediatamente anterior.

   [...] [↑](#footnote-ref-1)
2. **ANEXO II**

   **TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS EMPREGADO, EMPREGADO DOMÉSTICO E TRABALHADOR AVULSO, PARA PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019**

   |  |  |
   | --- | --- |
   | **SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO (R$)** | **ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS** |
   | até 1.751,81 | 8% |
   | de 1.751,82 até 2.919,72 | 9% |
   | de 2.919,73 até 5.839,45 | 11% |

   [↑](#footnote-ref-2)
3. Art. 9º-A [...]

   § 1º O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

   I - **R$ 1.250,00** (mil duzentos e cinquenta reais) **em 1º de janeiro de 2019**;

   [...] [Grifamos e Negritamos] [↑](#footnote-ref-3)
4. Art. 1º. Em cumprimento à Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que instituiu o piso salarial dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, conforme segue abaixo:

   [...]

   § 3º. O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

   I – R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

   II – 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1ºde janeiro de 2020;

   III – R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

   [...] [↑](#footnote-ref-4)
5. Art. 3º. Os efeitos do enquadramento do piso nacional da categoria dos cargos de Agente Comunitário de saúde e de Agente de Combates às Endemias serão retroagidos para o pagamento desde janeiro de 2019. [↑](#footnote-ref-5)
6. Art. 2º. O Executivo Municipal mediante decreto efetuará o enquadramento dos atuais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias nas referências salariais compatíveis de acordo com a Lei federal nº 13.708/2018.

   Parágrafo único – Para o exercício de 2020 e 2021 o Executivo elaborará Decreto para enquadramento do piso salarial, caso o piso municipal esteja abaixo do valor estabelecido pela Lei Federal. [↑](#footnote-ref-6)